

Catolicismo em São Paulo Centenário da Arquidiocese (1908-2008)

Prof. Dr. Pe. Ney de Souza

RESUMO:

O estudo aborda diversos aspectos, em linha panorâmica do catolicismo em São Paulo. Além dos dados institucionais dos bispados do período, são apresentadas situações vivenciadas pelo laicato na construção da Ação Católica, JEC, JOC e JUC.

Palavras-chave: catolicismo, São Paulo, evangelização

ABSTRACT:

The study deals with different aspects, in panoramic view of catholicism in São Paulo. Beside institutional datas of bishops of that period, situations lived by lay people are shown in the raising of Catholic Action, JEC, JOC, and JUC.

Key-words: catholicism, São Paulo, evangelization

INTRODUÇÃO

O texto a seguir é uma síntese da história da arquidiocese de São Paulo nestes cem últimos anos.

O catolicismo em São Paulo no regime republicano segue o quadro geral do Brasil, de um primeiro momento de desconfiança do regime laico, da insegurança quanto a sua situação econômica, passando por uma aproximação e depois por alianças realizadas por determinados acontecimentos que confirmam tal situação e de outros de contestação ao regime, de maneira especial, durante sua fase militar.

Durante esse período foi criada a Província, a arquidiocese de São Paulo (1908) deu início a construção da nova catedral (1913), o primeiro Congresso Eucarístico Diocesano e o segundo Sínodo Diocesano. Na República atuara o primeiro arcebispo, D. Duarte, que até o momento é o bispado mais longo na arquidiocese, 31 anos. Na formação acadêmica será criada a Pontifícia Universidade Católica e a Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção (1949).

Nos diversos momentos do cotidiano da cidade se terá o envolvimento do catolicismo, às vezes deficitário como foi o caso da gripe espanhola de 1918 e, por outras vezes, de uma participação profética, como o envolvimento deste catolicismo e de D. Paulo Evaristo Arns durante o regime militar e seu posicionamento em relação às torturas e aos presos políticos.

O catolicismo em São Paulo teve um aumento na participação dos fiéis e a presença de setores progressistas na promoção social foi de grande relevância. A disputa entre conservadores e progressistas no final dos anos 40 fortaleceu a Ação Católica que teve importante presença em São Paulo no fim dos anos 50 e no início dos anos 60, concentrando sacerdotes e leigos progressistas e de esquerda.

O golpe de 1964 não foi aceito por toda a Igreja, mas a ambigüidade acaba em 1965, com a repressão a setores da Ação Católica e mudanças na CNBB, quando os conservadores ocuparam a presidência com o cardeal Rossi, recém escolhido arcebispo de São Paulo.

O Concílio Vaticano II deu mais espaço aos setores laicais do catolicismo. A maior mudança foi a nova compreensão do sentido de Igreja, originando um grande número de Comunidades Eclesiais de Base que cresceram em São Paulo nos anos 60 e no início da década de 70.

Com o cardeal Arns a frente da arquidiocese de São Paulo, a partir de 1970 surgia a Operação Periferia (1972), um programa de evangelização e promoção social. O projeto comunitário ganharia unidade e coesão no Plano Bial de Pastoral em 1975. As CEB's propunham organizar as populações mais pobres em pequenas comunidades, dotando a periferia de serviços básicos de educação, saúde, lazer e expressão religiosa. A implantação das Comunidades de Base teve resistências de alguns religiosos, temerosos de perderem o controle dos fiéis. As CEB's também conviveram com práticas conservadoras, individualistas, sem engajamento político e social.

No catolicismo rumo ao novo milênio, se apresenta uma nova configuração na caminhada do catolicismo em São Paulo. Em maio de 1998 assume a Arquidiocese paulistana o seu novo arcebispo, D. Cláudio Hummes. Sua atuação é pautada pela apresentação de Jesus Cristo ao mundo e procurando tornar visível este catolicismo de características tradicionais na megalópole que é São Paulo.

1. O BISPADO DE D. DUARTE LEOPOLDO E SILVA (1907 – 1938)

Dom Duarte é filho do alfaiate português Bernardo Leopoldo e Silva, que ainda jovem imigrou para o Brasil e de Ana Rosa Marcondes Leopoldo. Era o mais velho de dez irmãos. É o primeiro arcebispo de São Paulo. Nasceu em Taubaté no dia 4 de abril de 1867. No início de seus estudos queria ser advogado. Em 1884, concluiu o curso preparatório, anexo à Faculdade de Direito em São Paulo. Em seguida, mudou seu caminho e foi para o Rio de Janeiro, onde ingressou no curso de farmácia da Faculdade Nacional de Medicina. Estudava de dia. Para manter-se lecionava à noite, aulas particulares. Esse ritmo de vida derrubou a sua saúde. Foi obrigado a abandonar o curso no segundo ano. Voltou para a casa dos pais em Caçapava para recuperar-se e pensar no futuro.

A entrada no Seminário

A vida de Duarte toma um novo rumo: viaja para São Paulo para matricular-se no Seminário Episcopal. O reitor era monsenhor João Alves Coelho Guimarães, o mesmo que o batizara.

Monsenhor João Alves não demonstra entusiasmo com a decisão do candidato ao sacerdócio. O reitor percebe em Duarte uma inquietação, uma crise, uma incerteza. Monsenhor João recomenda ao jovem que volte para o Rio de Janeiro e conclua o curso que havia interrompido. Duarte insiste e Monsenhor João Alves não o impede. Em 1887 foi matriculado no Seminário. Os cursos que havia freqüentado colocavam-no num nível acima dos demais alunos. Passou a lecionar no Colégio Diocesano que funcionava anexo ao seminário. Sua saúde continuava frágil e, assim seria por toda a vida.

A direção do seminário decidiu que Duarte poderia iniciar imediatamente os estudos de Teologia. Era praxe que o futuro padre dispusesse de

um patrimônio próprio, mas disto Duarte foi dispensado, não tinha a menor condição de atender à exigência. Dom Lino Deodato o ordenou sacerdote no dia 30 de outubro de 1892, na capela do seminário episcopal. Celebrou sua primeira missa em Caçapava.

D. Duarte, arcebispo de São Paulo

No início, dá continuidade aos projetos de seu antecessor. Em seguida, estabelece normas de organização para a cidade. O bispo preconiza uma divisão racional e ampla da diocese, que a tornasse mais prática, mais governável. A idéia não era nova, o cardeal Arcoverde já cogitara o desmembramento da região Sul, dando-lhe como sede diocesana a cidade de Botucatu. D. Duarte queria um desmembramento maior e sua argumentação convenceu a Santa Sé.

No dia 07 de junho de 1908, o papa Pio X assinou o decreto que criava a Província Eclesiástica de São Paulo. São Paulo passa a ser Arquidiocese, com cinco dioceses sufragâneas: Taubaté, Campinas, Botucatu, São Carlos e Ribeirão Preto. A criação do arcebispado, através da bula *Diocesium Nimiriam amplitudinem*, é anunciada oficialmente pelo núncio Alexandre Bavona no dia 18 de setembro. Dom Duarte toma posse como arcebispo na velha catedral em 11 de outubro de 1908. A cerimônia do recebimento do pálio aconteceu somente no dia 29 de junho de 1909 na matriz de Petrópolis, celebrada com a presença do cardeal Arcoverde.

A primeira vista para a maioria das pessoas, elevar uma diocese à arquidiocese, talvez não represente muito. Entretanto, quando se detém sobre a história, esta impressão traz grandes surpresas. Ninguém podia imaginar, nem era de se esperar que até os idos de 1908 se pudesse elevar à categoria de arquidiocese aquela que seria uma das maiores e mais importantes arquidioceses dentro do catolicismo mundial.

Em 7 de junho de 1908, Pio X escrevia: Visto como o Exmo. E Revmo. Sr. Dom Duarte Leopoldo e Silva fora encarregado de reger a igreja catedral de São Paulo e muito se esforçou para erigir as novas sedes episcopais, Sua Santidade, em testemunho de sua peculiar benevolência para com ele, fá-lo Arcebispo da mesma Igreja de São Paulo, agora elevada à dignidade de Metropolitana de modo que com o mesmo direito no futuro a reja, como agora rege....

Dom Duarte foi o último bispo e o primeiro arcebispo de São Paulo. Foi arcebispo até 1938, quando faleceu.

Sagração da Basílica de Aparecida

D. Duarte pediu ao papa o título de basílica ao santuário de Aparecida. O Brasil passa a ter sua primeira Basílica. O arcebispo fez a sagração da Basílica no dia 5 de setembro de 1909 indo à cidade de Aparecida, cujo território integrou a Arquidiocese de São Paulo até 1958. D. Duarte sempre privilegiou o culto a Nossa Senhora.

Dom Duarte morreu no dia 13 de novembro de 1938 (71 anos), no Palácio São Luis, um casarão com jardim por ele adquirido em 1910 para residência episcopal. Os bispos anteriores moraram no Solar da Marquesa, na antiga rua do Carmo. Este Edifício existe até hoje e pertence ao Município de São Paulo. O Palácio São Luis foi demolido dentro do processo permanente de reconstrução da cidade em que, algumas vezes, se destrói o Patrimônio Histórico.

O Palácio São Luis foi o local da reunião histórica do dia 25 de janeiro de 1912. D. Duarte reuniu os representantes das principais famílias da cidade e constituiu a comissão para levantar fundos e acompanhar a construção da Catedral. No dia 29 de junho de 1913 lançava a pedra fundamental. A construção se prolongou e foi inaugurada em 25 de janeiro de 1954 por D. Carlos de Vasconcellos Motta. A catedral estava inacabada.

No seu longo bispado, D. Duarte teve nove Vigários Gerais. O primeiro foi o Monsenhor Francisco de Paula Rodrigues (Padre Chico), foi Vigário Geral até seu falecimento em 1915. O segundo foi o cônego Sebastião Leme, foi de grande importância no setor educacional em São Paulo e, em seguida, foi nomeado bispo auxiliar do cardeal Arcoverde, arcebispo do Rio de Janeiro. Monsenhor Benedito Paulo Alves de Souza foi o terceiro Vigário Geral. Este havia sido o sucessor de D. Duarte na Paróquia Santa Cecília. Em 1918, Monsenhor Benedito foi eleito bispo do Espírito Santo. Assim, Monsenhor Emílio Teixeira da Silva se torna o quarto Vigário. Permaneceu pouco tempo no cargo devido a sua frágil saúde. Aos 4 de dezembro de 1924, falecia este Vigário que também integrava o quadro de professores do Seminário Provincial. O quinto foi o Monsenhor João Evangelista Pereira, vigário e construtor de Santa Ifigênia. Renunciara a paróquia sendo capelão

das irmãs carmelitas, cargo que ocupou até seu falecimento em 1939. O sexto Vigário foi o Monsenhor Gastão Liberal Pinto, também fora vigário em santa Ifigênia. No ano de 1939 foi sagrado bispo de São Carlos do Pinhal. Na ausência de Monsenhor Gastão, o vigário de Santa Cecília, Monsenhor Felisberto Marcondes Pedrosa, assumia o cargo de Vigário Geral em 1931. O Chanceler do arcebispado, Monsenhor Ernesto de Paula, sucedeu Mons. Gastão até a morte de D. Duarte em 1938. O bispo auxiliar de D. Duarte, D. José Gaspar de Afonseca e Silva, juntamente com Monsenhor Ernesto exercia o cargo de Vigário Geral.

Visitas Pastorais de Dom Duarte

As visitas pastorais de D. Duarte foram inúmeras. Este texto pretende analisar algumas destas visitas para se ter a possibilidade de percorrer o caminho do bispo e trazer à luz uma realidade da primeira metade do século XX. Realidade pastoral, econômica, política e social da diocese de São Paulo.

No dia 12 de setembro de 1909, D. Duarte inicia, sob forte chuva, sua visita a Santos. Ali foi recebido com grandiosa pompa e por um grande número de fiéis. No dia 14 administrou o sacramento do Crisma para 200 pessoas. Celebrou missas, visitou as Irmandades, o Apostolado da Oração e recebeu a visita do presidente da Câmara. O bispo visitou além de Santos, Praia Grande, São Vicente e Itanhaem. Em seguida foi a São Bernardo do Campo para visitar a capela Nossa Senhora da Boa Viagem.

O cronista afirma que ao contrário do litoral, a cerimônia em São Bernardo não foi solene e não foi bem feita, por incúria do vigário. A celebração das 8h na Matriz estava completamente vazia. O arcebispo passeou a pé pela Vila. A população não se achegou, pois não houve quem a chamasse. No dia seguinte aconteceu o Crisma com um grande número de fiéis. Neste dia os italianos faziam tanto barulho na sacristia que não se entendia o que diziam. No final desta visita D. Duarte foi ao bairro da Estação e examinou a capela que estava em construção e passou na casa do Dr. Flaquer onde tomou um café. A volta para São Paulo foi de trem. Na estação da Luz aguardavam a chegada do arcebispo, o vigário geral Monsenhor Benedito e muitos padres e todo o seminário. Os padres da comitiva não apreciaram a visita a São Bernardo. Ao contrário, todos guardavam lembranças boas de

Itanhaem, apesar de ser um lugar despovoado de todos os recursos. Em São Bernardo estivemos mal acomodados, a casa do vigário é distante da Matriz, acanhada e mal colocada.

Depois de dois dias de descanso, o arcebispo partiu para Santo Amaro. No seu último dia de visita, compareceu à Câmara Municipal e recebeu uma caneta com pena de ouro. Dali partiu para Itapecerica. Estamos hospedados ao lado da igreja Protestante de Itapecerica, hoje se reuniram os protestantes, cantaram, rezaram, pregaram. No dia 19 de outubro de 1909, D. Duarte recebeu a visita do prefeito. De Itapecerica seguiu para M'Boy, onde foi recebido pelo vigário de Cotia. A população da Vila não é tão boa como a do sítio. O bispo ficou hospedado no antigo convento dos padres jesuítas.

O arcebispo chegou no início da noite do dia 26 de outubro de 1909 em Mogi das Cruzes e foi recebido ao som do Hino nacional, foguetes e vivas. O caráter de aproximação do espiritual com a República pode ser constatado na recepção do arcebispo através do Hino. O cronista descreve a casa do vigário, padre Marcos, afirmando que a acomodação é boa e, à mesa, apesar da pobreza do vigário, não é má. O padre Péricles Barbosa era o secretário do arcebispo. O secretário partiu antes do arcebispo para preparar a sua próxima visita a Jundiaí. No dia 20 de maio de 1910, o secretário encontrou em Jundiaí um bom povo, mas um tanto indisposto com a autoridade metropolitana, talvez devido a recente retirada do ex-vigário, padre Marcelo. O cronista afirma que no púlpito declara-se que a visita era importante e sobre o respeito e acatamento que se devia ter ao bispo, especialmente ao atual pelas suas qualidades.

Congresso Eucarístico (1915)

Por iniciativa do arcebispo foi promovido o primeiro Congresso Eucarístico em São Paulo no ano de 1915. Foram realizadas semanas preparatórias nas paróquias, capelas e nos colégios, com alocações, torneios escolares. Na São Paulo de então não era tão difícil congregar a população de fiéis. Uma cidade que era um tanto quanto homogênea e obediente a seu arcebispo. A mentalidade religiosa permanecia ainda mais para o espírito tridentino do que para antecedentes do Concílio Vaticano II.

O arcebispo convocou o Congresso através de uma Carta Pastoral estendendo-se nos ensinamentos referentes a Eucaristia, repassando piedosas considerações e estímulo à piedade dos fiéis. O catolicismo vivia um outro momento dentro da história nacional. Seu caráter era assistencialista e de conformidade com a realidade, sem grandes questionamentos e críticas a ordem estabelecida.

Na Pastoral Coletiva, fruto da Conferência Episcopal dos Prelados do Sul do Brasil, reunida em São Paulo (1910), há uma série de cânones que dão a entender a discreta posição de apoio ao governo, lembrando aos párocos o respeito devido às autoridades, à necessidade de orientar bem os votos dos católicos, e a colaboração espiritual através da oração por todos os que detêm parcelas de poder no país.

A oportunidade do Congresso era também a comemoração jubilar dos Congressos Eucarísticos em Lourdes, na França, no qual tomara parte D. Duarte. O Congresso de São Paulo teve início no dia 1 de julho e terminou no dia 6. Contou com a presença do cardeal Arcoverde, do arcebispo primaz, dos bispos sufragâneos e uma imensa multidão de fiéis. No encerramento foi realizada uma procissão desfilando o cortejo pelas ruas centrais de São Paulo. D. Duarte transportava o Santíssimo, rodeado das autoridades civis e militares. O pálio era carregado pelos membros do governo do Estado. Situação bem diferente dos primeiros anos da República, considerada o demônio no dizer dos bispos do Brasil.

A missa de encerramento do Congresso foi celebrada na Praça da Sé, sendo oficiante o cardeal Arcoverde.

Em 1921 D. Duarte recebeu a primeira comunidade das Sacramentinas e inaugurou o convento das Carmelitas, nas Perdizes.

Congresso Eucarístico Nacional (1922)

O Congresso de São Paulo foi uma preparação para a celebração do Congresso Eucarístico Nacional de 1922. O Congresso de 1922 demonstra a total aproximação do catolicismo no Brasil do Estado Republicano. A solenidade eucarística coincidia com o centenário da emancipação política do Brasil.

Com uma grande manifestação de fé e ação de graças pela data nacional, o arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro D. Sebastião Leme, promovia a realização do Congresso Eucarístico Nacional, unindo as questões de fé e política.

A reconciliação entre o governo civil e o governo eclesiástico se consolidava cada vez mais. A própria linguagem dos católicos ultramontanos e dos bispos, outrora tão rude e agressiva, contra o Estado laico e ateu, mudava agora de registro e de tom, achando que a situação de fato, criada, com a separação de 1890, foi uma bênção. Veja-se o testemunho dos próprios bispos brasileiros em 1922: Se o Brasil reconhece na fé católica um dos sinais característicos de sua nacionalidade e um dos principais fatores de sua grandeza como disse o nosso primeiro Embaixador junto ao Vaticano, de estranhar seria que não fosse de benevolência a atitude dos poderes públicos para com o catolicismo. Proceder de modo contrário seria cerrar os olhos às lições da experiência e do saber.

Assim, foi grande o preparo para tal ocasião, não só na Capital do Brasil, mas também em todo o território nacional. O desejo de uma realização, o seu eficiente preparo foi observado nas semanas preparatórias com inúmeras orações, conferências e palestras sobre a Eucaristia. Os temas proferidos foram publicados posteriormente num volume comemorativo.

No tocante às publicações, coube ao arcebispo de São Paulo, D. Duarte, a apresentação de um texto publicado como livro com o seguinte título O clero e a Independência. Deste trabalho foram impressas duas edições, uma por ocasião do centenário da independência e outra em 1972 com a apresentação de D. Paulo Evaristo Arns.

Museu da Cúria

O atual Museu de Arte Sacra de São Paulo, antigo Museu da Cúria, teve seu início no bispado de D. Duarte. O arcebispo em seu empenho de preservar tudo quanto dissesse respeito a Arte Sacra, foi formando na Cúria um acervo no intuito de criar um Museu da Arquidiocese. Seria o Museu uma dependência do Arquivo da Cúria, sob a orientação do comendador Francisco de Salles Collet que tinha provisão para tal ofício desde 3 de abril de 1918, permanecendo no cargo até 16 de outubro de 1934 quando faleceu. Foi, assim, construído um edifício ao lado da antiga Cúria para abrigar o Museu.

Durante o bispado de D. Agnelo Rossi (1964-1970) a arquidiocese firmou um convênio com o Estado, reunindo todo o acervo do Museu da Cúria no antigo Convento da Luz na Avenida Tiradentes. Hoje, o Museu

funciona como um esforço conjunto do Governo do Estado de São Paulo e da Mitra Arquidiocesana, esta última cedendo em comodato o acervo e o Governo provendo a infra-estrutura de Direção e Administração. Para constituir o Museu foi solicitado às Religiosas Concepcionistas a permissão de cederem parte de seu Convento para o Museu (a frente e a ala esquerda do Convento da Luz).

O prédio que abriga o Museu, o Mosteiro de Nossa Senhora da Luz, é um exemplo de barroco em São Paulo. Exemplo também da possibilidade de conservação do patrimônio histórico junto com o crescimento da megalópole. A sua sobrevivência é testemunho da arquitetura e técnicas da construção dos tempos em que São Paulo nem sonhava que se converteria em pólo vital da economia brasileira.

Além de abrigar desde sua fundação em 1774 até os dias de hoje, uma comunidade religiosa contemplativa, o local guarda os restos mortais de seu fundador frei Antonio de Sant'Ana Galvão. É aí que se localiza o Museu de Arte Sacra de São Paulo. Detentor de um tesouro de arte que ultrapassa o âmbito nacional e o situa de destaque internacional no seu gênero. Pode-se dizer que é duplamente museu: pelo acervo artístico que o integra pelo próprio monumento arquitetônico e de técnica de construção que emoldura esse acervo.

O Mosteiro permite apreciar a construção em taipa de pilão que era a técnica disponível para ainda a humilde cidade de São Paulo do século XVIII. As paredes nuas do recinto que serviu de cela a frei Galvão revelam o barro e as varas da armadura da taipa, ilustração viva dessa técnica extinta, ao mesmo tempo que passa a mais tocante mensagem de despojamento franciscano. Numa das paredes da cela resta também em grafiti, o projeto da fachada do Mosteiro concebida por Frei Galvão.

O Museu detém um acervo de peças relacionadas com o culto doméstico e público dos primeiros séculos da história de São Paulo. São imagens, oratórios, talhas de altares, alfaias, pinturas sacras e paramentos litúrgicos. Em sua quase totalidade, trata-se de peças de arte brasileira, a maioria paulista, executadas durante três séculos: do início do século XVI até o final do século XIX.

Anexo ao Museu principal está o Museu do Presépio, reunindo diversos presépios populares e eruditos, provenientes de diversas regiões do Estado

e de muitas partes do mundo, dentre os quais se sobressai o Presépio Setecentista Napolitano.

A presença do Museu de Arte Sacra no movimentado bairro da Luz é mais um dos esforços de preservar o patrimônio e a memória do catolicismo em São Paulo. A figura de destaque nesta preservação, sem dúvida, foi o primeiro arcebispo de São Paulo D. Duarte.

Arquivo Metropolitano

Com a instalação da Paróquia de São Paulo do Campo (1591), se iniciou o primeiro arquivo eclesiástico paulistano com livros de batizados, casamentos, óbitos e processos matrimoniais. Em 1640 com a criação da Comarca Eclesiástica, acrescentaram-se alguns processos de habilitação de *genere et moribus*, referentes à vida de possíveis clérigos.

Em 1745 era criada a Diocese de São Paulo. No ano seguinte organizaram-se dois arquivos distintos: o do Cabido e o da Cúria. A jurisdição do Arquivo da Cúria abrangia todo o território paulista, além de partes de Minas Gerais e Santa Catarina. Aos poucos foi reduzindo-se até ficar com a área atual.

Atendendo às circunstâncias especiais criadas pelo Código de Direito Canônico (1917), o arcebispo metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva, fundou o Arquivo Geral em 1 de abril de 1918 com regimento próprio.

Resolveu há alguns anos o arcebispo D. Duarte Leopoldo e Silva restaurar o muito vultuoso arquivo de sua Arquidiocese: em que triste estado se achava. Era de constranger. Sem detenção começou o ilustre prelado a sua faina com verdadeiro entusiasmo.

O arquivo conta hoje com diversas seções: manuscritos, microfilmagem, iconografia, hemeroteca, correspondência dos arcebispos, mapoteca. Além das seções, funcionam alguns projetos: Resgate e Memória, que tem por objetivo recolher de particulares e paróquias, livros, manuscritos e fotografias, fazendo do arquivo um centro de referência para a custódia de documentos paroquiais; Visite o Arquivo que é um outro projeto que tem por objetivo ampliar o conhecimento do acervo histórico através de visitas guiadas e exposições. O arquivo é uma memória viva da história da Arquidiocese de São Paulo.

No ano de 1984 D. Paulo Evaristo, sendo arcebispo de São Paulo, solicitou ao cabido da Sé Catedral a reforma de seus Estatutos e sugeriu-lhe a direção do Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva e a assessoria especial junto ao cardeal para questões referentes ao patrimônio histórico e artístico da Arquidiocese. O arcebispo aprovou os novos estatutos do cabido e aceitou a indicação do cônego Paschoalino Amato para Diretor. Assim, desde esta data, o cabido é responsável pelo Arquivo Metropolitano.

A gripe espanhola em São Paulo (1918)

Em maio de 1918 aparecia na Espanha e depois na Alemanha e logo depois na Inglaterra, França, Itália, Holanda e Portugal uma gripe epidêmica, uma gripe de guerra que recebia o nome de gripe espanhola. No Brasil surgiu em outubro de 1918, no Rio de Janeiro, vinda com passageiros do vapor Demerara. O vírus da gripe encontrou condições favoráveis para se instalar: guerra, miséria, fome, má alimentação, frio, vida nas trincheiras. Assim, tomou forma grave e se alastrou.

Do Rio de Janeiro a gripe passou a São Paulo com uma enorme rapidez. Em São Paulo para uma população de 528.295 habitantes, morreram de gripe em 1918 cerca de 5372 pessoas. Os óbitos gerais chegam a 14811.

A Igreja católica teve num primeiro momento, uma participação modesta na ajuda aos necessitados. Ao contrário da Cruz Vermelha Brasileira, a Cúria Metropolitana, tradicionalmente responsável pela ajuda aos enfermos e necessitados, retardou sua inserção concreta no conjunto de entidades de socorro aos gripados. Se no primeiro momento a Igreja católica se ateve a determinar as modalidades de atos litúrgicos específicos para serem celebrados em época de flagelo, a partir do momento em que o diretor do Serviço Sanitário, Artur Neiva, declarou limitada a intervenção deste órgão na crise, o arcebispo se empenhou na organização de um plano de ajuda aos carentes, modelando-se nas atividades já praticadas pela Cruz Vermelha.

A ação da Igreja tornou-se praticável graças às vultuosas doações feitas à Igreja, podendo D. Duarte contar com a maior verba posta à disposição de uma instituição não dirigida pelo Estado durante a epidemia. Foram recebidos cerca de 253:500\$000 reis do próprio governo estadual

e ainda outras significativas doações da Liga Nacionalista da Associação Comercial e da Comissão Estado-Fanfulla, que elevaram os recursos de amparo aos necessitados para a casa de 342:359\$660 reis, montante que representava quase dois terços do dinheiro utilizado pela Prefeitura paulista para o mesmo fim.

As grandes deficiências dos serviços de socorros e a morosidade com que a Igreja executava suas propostas, inclusive a de inserir diretamente na luta contra a epidemia, foram parcialmente sobrepujadas a partir de fins de outubro, quando a Conferência de São Vicente de Paula, entidade formada por cristãos leigos, colocou todos os seus filiados a disposição de D. Duarte. A maior parte das atividades atribuídas à Cúria foi executada por aproximadamente 800 confrades vicentinos, distribuídos em 64 grupos que atuaram praticamente em todo o Município de São Paulo e ainda em localidades vizinhas, em especial, São Bernardo do Campo e Santo Amaro. Esta última área ainda não havia sido anexada ao território paulistano.

Dentre as principais atividades desempenhadas pelos vicentinos, destacavam-se as visitas realizadas ao maior número possível de residências. Averiguavam o estado de saúde das famílias mais pobres; caso fossem localizados gripados, notificava-se ao Serviço Sanitário sobre as novas infecções e onde fosse necessário, os confrades comprometiam-se a prover o transporte e a internação dos enfermos ou a aquisição de urnas funerárias e sepultamento. Graças às doações, os vicentinos puderam ampliar a finalidade de sua atuação, e, em meados de novembro, passaram a distribuir vales de alimentação. A população pobre poderia conseguir comida gratuitamente ou, pelo menos, com substâncias e descontos no preço. Os confrades eram orientados também a divulgar medidas curativas e preventivas estipuladas pela Medicina e, ainda a informar sobre os hospitais que dispunham de leitos vagos para o acolhimento dos enfermos.

A agilidade e rapidez demonstrada pela Conferência Vicentina no auxílio aos necessitados fez com que em pouco tempo, essa entidade ganhasse ampla simpatia e apoio da população. Por outro lado, os paulistanos criticavam o arcebispo por anunciar como sendo do clero paulistano as atividades desempenhadas pelos vicentinos, denunciando que a instrução dada por D. Duarte aos religiosos da cidade era a do isolamento nos conventos e seminários para que não sobreviesse o contágio.

No início de novembro era ainda reduzida à parcela de religiosos que havia efetivamente se engajado no combate a epidemia. Além do arcebispo, que foi designado para a coordenação dos socorros aos necessitados, dos vigários que atuavam nas paróquias e de algumas ordens femininas que serviam na enfermagem, o clero pouco atuou contra o flagelo, excetuando-se os monges beneditinos.

Quanto aos padres das paróquias existentes no município, se bem que numericamente diminutos em relação ao total de sacerdotes residentes em São Paulo, sua atuação foi de vital importância para os enfermos, principalmente nos distritos mais afastados. Coube aos vigários servir, mesmo que informalmente como noticiadores das condições epidemiológicas e das mais prementes necessidades das áreas em que atuavam. Exemplo disto foi do vigário de Santana, que no decorrer de sucessivos dias alertou o arcebispo quanto o Serviço Sanitário sobre a urgência da instalação de um hospital em seu distrito, pois lá não havia nem médicos nem qualquer tipo de transporte motorizado que permitisse o deslocamento dos gripados para os hospitais situados na área urbana. O padre já havia tentado remediar a situação e, com auxílio dos vicentinos, escassas doações e uma carroça, percorria o vasto distrito de Santana, levando apoio espiritual, remédios e alimentos para as famílias mais carentes. Depois de tanta insistência, a Liga Nacionalista resolveu instalar um hospital no grupo escolar local, situado na Rua Voluntários da Pátria, no momento em que a epidemia se aproximava de seu auge.

Padres e vicentinos também foram vitimados pela peste e isso determinou a mudança de atitude do arcebispo, que passou a fomentar a maior participação do clero na campanha de socorro aos enfermos e necessitados, quando a influência tornou-se mais avassaladora do que nunca. Diante disso algumas ordens religiosas quebraram o isolamento e passaram a distribuir sopa à população incapacitada de adquirir alimentos e o clero regular substituiu párocos enfermos. Assim, como outras associações religiosas decidiram preencher os vazios causados pela epidemia nas fileiras vicentinas, dentre elas a Congregação Mariana, a Legião de São Pedro e a União de Santo Agostinho.

Devido ao engajamento de novos grupos católicos no problema sanitário e à continuidade das doações feitas à Igreja, D. Duarte pode montar, ainda que tardiamente, 14 hospitais provisórios, quase todos em edifícios de escolas mantidas pelas ordens religiosas, o que equivale dizer que es-

ses hospitais estavam localizados nos distritos centrais da cidade ou sem suas vizinhanças. Por fim, em comunhão com a Liga Nacionalista, a Cúria Metropolitana instalou um orfanato com capacidade para 150 crianças. Sem uma explicação esse orfanato, localizado na Rua Martinico Prado, na Consolação, foi ainda durante a epidemia interditado pelo juizado de Menores da Capital, sendo as crianças distribuídas por vários internatos mantidos pela própria Igreja.

Os documentos do Arquivo da Cúria relatam que dois terços das verbas recebidas pela igreja Católica foram aplicados na compra, preparo e distribuição de alimentos para a população carente, restringindo-se a outra terça parte à manutenção dos hospitais provisórios e do orfanato e na aquisição de medicamentos.

Apesar das inúmeras críticas pela escassez de sacerdotes junto à população durante o período crítico da saúde pública paulistana, terminada a epidemia, a Igreja recebeu inúmeras homenagens inclusive do próprio Vaticano. Em mensagem datada de 24 de maio de 1919, o papa Bento XV assim se referiu ao luminoso exemplo oferecido por D. Duarte Leopoldo e Silva: Tristes e alegres notícias há pouco daí recebemos: pois com a que nos veio acerca das proporções vastíssimas que entre vós, como por quase todo o mundo, assumiu a epidemia, também chegou o que foi empreendido por tua caridade, constância e que tem sido encomiado por forma que se não poderia desejar melhor. Realmente, quando segundo se fez notório, a tal ponto chegaram as coisas que, os que não haviam sido atingidos pelo morbo, eram empolgados pelo medo e ante o vasto espetáculo da morte se retraíam de prestar serviços, fazendo-te não ouvinte esquecido mais praticante ativo das obras do bom pastor, acudiste ao teu rebanho com todos os benefícios da caridade, expondo até a vida...Cresceu em extremo a nossa benevolência para contigo!

Quanto aos beneditinos, desenvolveram uma grande atividade durante a epidemia. Sendo uma das ordens de maior prestígio e riqueza da cidade e, não obstante as pesadas dívidas assumidas quando da construção de seu novo edifício, a Ordem Beneditina, logo após a suspensão das aulas de seu colégio no dia 28 de outubro, adaptou o pavilhão de esportes da escola, transformando-o num hospital provisório com capacidade para 100 leitos. Ainda que subordinado à Cúria Metropolitana, este hospital nada recebeu em espécie ou dinheiro de D.Duarte, ficando sua instalação e manutenção

a cargo dos próprios monges. Além dos beneditinos, o governo estadual e a Cruz Vermelha colaboraram para a manutenção do hospital com remédios e mantimentos.

Apesar do número significativo de leitos existentes no hospital de São Bento, até meados de dezembro foram atendidos somente 140 enfermos, muitos deles acometidos por outras enfermidades que não a gripe. O número de leitos preenchidos nunca ultrapassou a casa dos 60. O subaproveitamento do pessoal destacado para atuar neste hospital permitiu que os monges se engajassem em outras formas de auxílio à população. Tradicional ponto de distribuição de sopa para os pobres, durante a epidemia os sacerdotes do mosteiro de São Bento intensificaram essa atividade, tornando-se responsáveis pela organização de trens de socorro que visitavam o bairro do Pari, situado no distrito do Brás, levando alimentos à população trabalhadora, distribuindo diariamente não menos que 700 porções de sopa.

Seminário do Ipiranga

O Seminário do Ipiranga foi inaugurado no dia 19 de março de 1934. O edifício do seminário foi planejado e construído com o esforço do arcebispo. O terreno foi doado à Mitra pelo Conde José Vicente de Azevedo. A primeira pedra foi lançada em 19 de março de 1929 com a presença do Cabido Metropolitano, grande parte do clero representantes do governo, seminaristas e muitos convidados. A cerimônia foi presidida por D. Duarte às 15 horas. Na pedra fundamental foram colocados os jornais do dia, documentos assinados no ato, selos e moedas nacionais. O discurso foi pronunciado pelo padre José Gaspar de Afonseca e Silva que era mestre de disciplina no Seminário. Monsenhor Alberto Pequeno era o reitor. Para marcar o lugar do altar da futura Capela, foi plantada uma grande cruz de madeira.

Não demorou muito e o Seminário se tornou Central. Logo que a Santa Sé decidiu reformar os Seminários brasileiros, foi nomeado visitador para todos os Seminários do Brasil, Monsenhor Alberto Pequeno.

D. Duarte procurou continuar a obra, levando a efeito a construção dos pavilhões planejados, embora à custa de enormes sacrifícios. Em 1933 estavam concluídos alguns dos mais urgentes pavilhões e que eram indispensáveis para a mudança da Freguesia do Ó, onde funcionou até 1933. Em

fevereiro de 1934 começavam a chegar os alunos das dioceses sufragâneas do Rio de Janeiro e outras dioceses, formando um total de 132 alunos.

2. D. JOSÉ GASPAR E AS PRÁTICAS RELIGIOSAS EM SÃO PAULO (1939-1942)

No período analisado a Arquidiocese paulista estava sob a direção do mais jovem arcebispo brasileiro D. José Gaspar D'Afonseca e Silva.

Histórico da vida religiosa de D. José Gaspar D'Afonseca e Silva

Nascido em Araxá, Minas Gerais em Janeiro de 1901, estudou em Itu o 1º e 2º grau. Em 1916 em São Paulo, sendo ordenado padre em março de 1917. No ano de 1924 viajou para a Europa onde cursou a Faculdade de Direito Canônico, da Universidade Gregoriana, recebendo o título de doutor em Direito Canônico no ano de 1926.

Nos anos de 1927 a 1933, foi professor e vice-reitor do Seminário Provincial em São Paulo. Assume no ano de 1934 a responsabilidade de ser o reitor do Seminário do Ipiranga, até o ano de 1937 com a responsabilidade de transformar o seminário provincial em central, destinado a receber os candidatos de outros estados.

D. José Gaspar pertenceu ao clero de Uberaba/MG até o ano de 1929, de onde foi transferido para o presbitério de São Paulo.

Nomeado bispo em abril de 1935 recebeu a sagração das mãos de D. Duarte Leopoldo e Silva na Igreja de Santa Cecília, sendo escolhido como auxiliar do então arcebispo.

Morre D. Duarte em 1938. D. José Gaspar não o substitui de imediato, como parecia previsto, normal. Então se afasta para um retiro em Itanhaem. Do retiro espontâneo Pio XI mandou chamá-lo para suceder D. Duarte à frente da Arquidiocese.

Designado arcebispo em junho de 1939 assumia em setembro do mesmo ano a direção da Arquidiocese de São Paulo. Um de seus trabalhos que merece ser destacado como bispo auxiliar foi, sua atuação como orientador da Ação Católica e organizador da Assistência Social aos operários, durante

dezesesseis anos nessa função, teve contato direto com as camadas populares, sendo que neste momento o operariado paulista estava em plena ebulição.

Quando assumiu a Arquidiocese D.José Gaspar procurou unificar a linha de atuação de todos os párocos, criou novas paróquias e decanatos (conjunto de paróquias que lembram os atuais setores), procurando iniciar um trabalho de pastoral de conjunto, para isso 'esses decanatos eram percorridos periodicamente por visitantes diocesanos (...)'.
Outra preocupação que merece ser destacada era a preocupação com a formação do clero, fundou assim três escolas apostólicas e criou um curso propedêutico para o Seminário Central do Ipiranga.

Dom José Gaspar é lembrado como alguém à frente do seu tempo, no tocante à participação mais efetiva e direta dos leigos na igreja, e também reverenciado por alguns membros da instituição eclesíastica pela realização em 1942 do IV Congresso Eucarístico Nacional, realizado em São Paulo, contando com a participação dos leigos, onde nesse momento eles não ficam apenas restritos a assistir, foram partes integrantes desse evento de fé. O arcebispo volta-se para ação social, que então parece o caminho menos sinuoso para resolver os problemas dos aglomerados urbanos que despontam.

Seu falecimento em Agosto de 1943, em um desastre aéreo, põe fim à atuação de D.José Gaspar D'Afonseca e Silva, marcando assim sua atuação progressista à frente da Arquidiocese paulista. O clero paulistano chorou a morte de seu representante máximo e o povo acompanhou com tristeza o último adeus, paralisando assim a cidade.

Catolicismo e florescimento pastoral

No final da Segunda Guerra Mundial e, especialmente no final da década de 50 do século XX, vários movimentos agitavam o interior da Igreja Católica: o movimento bíblico, que ajudou a refletir sobre o valor do trabalho, do dinheiro, do lazer, os problemas de habitação, o desenvolvimento dos meios de comunicação social e das forças ideológicas que construíam o Brasil.

Um outro movimento de grande importância foi a Ação Católica, criada pelo Pio XI, teve uma enorme influência na formação da Ação Católica brasileira, sintetizado na trilogia ver, julgar e agir. A pastoral a partir deste momento adquiriu um realismo dentro da dimensão sócio-histórica.

Em 1949, teve início em Natal/RN o Movimento de Educação de Base (MEB) liderado pelo então padre Eugênio de Araújo Sales promovendo o movimento litúrgico bíblico. Nesta época se multiplicam semanas de catequese, congressos, como o primeiro congresso de ensino de religião, no Rio de Janeiro em julho de 1950.

Essa foi uma época de grande florescimento pastoral no Brasil e também em São Paulo. Foi durante esse período que nasceu a Juventude Operária Católica (JOC).

A Juventude Operária Católica possuía uma estrutura muito simples e popular em São Paulo nos anos de 1952 a 1956. A estrutura jocista consistia em orações a partir da leitura do evangelho do dia. As reuniões aconteciam no centro de São Paulo, depois com o crescimento, nos diversos bairros em que se instalou. As reuniões eram em média de uma hora e meia, geralmente começando às 20h30 e terminando às 22h00. No início eram quinzenais e depois passam a ser mensais.

Nos meados de 1952, a JOC era uma organização sem hierarquia e com poucos membros, pelo menos os nomes mencionados em várias reuniões que se repetem com certa regularidade são: Henrique, Hilário, Jaques, Vitalino, Feijó, Vitor e Bartolo Perez, o único que aparece com o sobrenome.

Nestes relatórios começaram a aparecer os bairros de atuação da Juventude Operária: Vila Monumento, Jundiaí, Tatuapé. Vila Alpina, Vila Zelina, Água Rasa, Bosque da Saúde, Barra Funda e a partir do 1953, Santo Amaro.

A partir dos meados de 1953 até 1955 a Juventude Operária encontra uma intensa expansão, atingindo outros bairros e a grande São Paulo: Osasco, Vila Humaitá, São Caetano, Chácara Mafalda, Ipiranga, Limão, Jardim das Oliveiras, Mogi das Cruzes, Poá e Itaim Bibi. De 1956 a 1957, outros bairros começam a aparecer nos relatórios da JOC: JAGUARÉ, Jaçanã, Vila Maria, Vila Medeiros, Santo André, São Bernardo do campo, Penha e a partir de 1957, se intensifica o trabalho na região de Santo Amaro, são citados muitos bairros desta região: Socorro, Vila Joaniza, Jardim Prudência, Vila missionária, Vila Santa Catarina, Cidade Ademar, Vila Isa.

Em uma reunião do dia 20 de dezembro de 1954, há vários deveres e serviços na Federação Central da JOC: livrarias, jornal, acólitos, propagandas, serviço sindical e programas sociais. Somente no ano de 1953 é que

aparece nas reuniões com certa freqüência o padre Roberto, do Bosque da Saúde, depois o padre Melason, em 1954. O jornal O Legionário publicou o artigo A JOC missionária da juventude trabalhadora, um pequeno texto que revela o caráter pastoral do grupo jocista.

No final da década de 60 foi a glorificação do papel da classe trabalhadora na transformação da sociedade. Esta corrente dentro da JOC foi chamada de Obreirista tratando-se de uma corrente que fazia leitura simplista e rígida do marxismo. Ela acreditava que os operários sozinhos seriam responsáveis pela construção e pela direção da sociedade. Dentro da JOC esta corrente ganhou forças. A JOC não acreditava que precisasse de aliados, houve um certo endeusamento da classe operária e assim, criou-se um certo isolamento, passando a idéia de que a verdade estava somente com os operários. Aos poucos a JOC perdia sua força de ação mobilizadora devido a estes fatores e começava a se desintegrar e a perder espaços para outros movimentos que foram surgindo: sindicatos e associações.

3. A IGREJA DE SÃO PAULO ANTES, DURANTE E DEPOIS DO REGIME MILITAR (1964-1985)

O bispado de D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, primeiro cardeal (1944-1964)

Síntese biográfica

Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta foi o primeiro cardeal arcebispo de São Paulo. Nasceu aos 16 de julho de 1890, em Bom Jesus de Amparo, fazenda Quinta do Lago, Minas Gerais. Era filho de João de Vasconcelos Teixeira da Motta e Francisca Josenias dos Santos Motta. Concluiu o primário na fazenda da Prata, paróquia de Taquaraçu, distrito de Caeté, junto a Serra da Piedade. Em seguida foi para Congonhas do Campo, onde estudou humanidades no Colégio de Matozinhos dos Irmãos Maristas.

Em 1904, ingressou no Seminário Menor de Mariana. Desencorajado pelo diretor espiritual volta à casa paterna e trabalha com o pai na fazenda. Em 1912, se elege vereador da Câmara Municipal de Caeté. Coursou até o segundo ano da Faculdade de Direito em Belo Horizonte. Como era

seu costume, ao confessar com o redentorista padre Severino Severens, é encorajado a voltar para o seminário.

O seminário maior o recebe em 1914. Seus grandes objetivos são o bem da Igreja e da pátria. Em seus estudos buscava a ciência de Deus, o belo, o útil. Em 29 de junho de 1918 foi ordenado sacerdote pelo arcebispo de Mariana, D. Silvério Gomes Pimenta. Celebrou a sua primeira missa em Taquaruçu, na matriz do Santíssimo Sacramento, no dia 07 de julho de 1918. Ficou seis meses como vigário auxiliar nesta cidade. Sua primeira nomeação canônica foi como capelão do Asilo São Luis da Serra da Piedade e auxiliar do Monsenhor Domingos Evangelista Pinheiro. Exerceu ainda seu ministério no Recolhimento de Macaúbas e nas paróquias de Caeté e Sabará, antes de ser chamado a dirigir o Seminário da Arquidiocese de Belo Horizonte. No seminário permaneceu até 1932.

No ano de 1932 foi nomeado bispo auxiliar de Diamantina em Minas Gerais. Seu lema episcopal era *In sinu lesu*. A sagração aconteceu no dia 30 de outubro de 1932, na matriz de São José em Belo Horizonte. O Consagrante foi o arcebispo metropolitano dom Antonio dos Santos Cabral.

Em Diamantina permaneceu durante dois anos. Visitou igrejas e capelas rurais. Ordenou sacerdotes, fundou o colégio Diamantinense. Reformou a catedral e foi adquirindo respeito e prestígio de toda a população. Quando o arcebispo Joaquim Silvério de Sousa faleceu, dom Carlos passou a administrar a Arquidiocese de Diamantina, como vigário geral até o ano de 1934. No dia 16 de novembro deste ano, foi designado para ser o arcebispo de São Luis do Maranhão.

No Maranhão, instalou no Palácio episcopal um Colégio e o entregou aos cuidados dos irmãos maristas, dirigindo três ginásios. Passou a residir em uma casa simples num dos bairros modestos da capital maranhense. Permaneceu no Maranhão de 1936 a 1944. Fundou um leprosário e levou para a sua Arquidiocese as Congregações religiosas masculinas e femininas. Durante seu episcopado foram criadas a diocese de Caxias e a Prelazia de Pinheiros. Todo o dinheiro que recebia destinava ao seminário e ao orfanato.

Arcebispo de São Paulo

No dia 13 de agosto de 1944, dom Carlos é designado para arcebispo da Arquidiocese de São Paulo. Assume o cargo por procuração a monsenhor

Jose Maria Monteiro, vigário capitular de São Paulo, no dia 7 de setembro de 1944. Poucos o conheciam. Quase ninguém se lembrava de D. Carlos no quarto Congresso Eucarístico Nacional. No dia 16 de novembro do mesmo ano, chega a São Paulo e é recebido ainda na catedral provisória, para ocupar pessoalmente o cargo de arcebispo metropolitano. Em 24 de dezembro de 1945, o papa Pio XII o eleva ao cardinalato. O primeiro cardeal de São Paulo recebe em Roma o chapéu e o anel cardinalícios em fevereiro de 1946. Nomeado cardeal presbítero da Igreja Romana, com o título de São Pancrácio.

O livro do tombo da Sé afirma que a vigília de Natal de 1946 constituiu para todos uma data festiva devido à elevação do arcebispo a cardeal. Em 25 de março, dom Carlos cardeal Motta retorna de Roma. Sua chegada a São Paulo foi apoteótica. Era o primeiro cardeal de São Paulo. O governo do Estado se associou a manifestações de um modo eloqüente, contribuindo com todo o necessário para que o esplendor fosse total.

A Segunda Grande Guerra terminara. Os pracinhas da Força Expedicionária Brasileira voltavam, desfilavam em triunfo na Avenida São João, eram homenageados com um almoço no estádio do Pacaembu, inaugurado fazia apenas cinco anos. Getúlio Vargas deposto retirava-se para São Borja.

As transformações ocorridas no mundo refletiam não só no Brasil, mas também na Igreja. No final dos anos 40 a disputa entre progressistas e conservadores era grande. Tudo isso fortaleceu a Ação Católica, grupo cuja idéia de promoção social superou o assistencialismo. A Ação Católica teve uma forte presença em São Paulo no final da década de 50 e início dos anos 60, concentrando sacerdotes e leigos progressistas e de esquerda. Alguns setores chegaram à radicalização e a ruptura com a hierarquia da Igreja. Estava neste momento um dos elementos fundamentais que fortaleceram a participação dos leigos que desenvolviam um trabalho social. Nos anos 40 se encontram os primórdios do avanço da participação do laicato na Igreja de São Paulo.

Para os operários estava voltada a JOC para os estudantes a JEC e para os universitários a JUC. A Confederação das Famílias Cristãs e o Movimento Familiar Cristão passaram a atuar numa pastoral específica, organizando os leigos para assumirem novo e fecundo papel na igreja doméstica.

Uma grande preocupação do cardeal Motta era o ensino universitário católico. Essa preocupação vinha do seu antecessor dom José Gaspar, e

de certa forma, fora precedida pela visão pioneira da madre Ambroise, que em 1907 fundara a Associação Instrutora da Juventude Feminina, mantinha o colégio Dês Oiseaux e desde 1931 tinha planos de criar um instituto para oferecer o prosseguimento dos estudos às alunas sob seus cuidados.

O colégio da madre Ambroise era da alta burguesia. Os efeitos do Vaticano II foram sentidos ali. A maioria dos pais de alunas levou tempo para entender, e alguns nunca entenderam como é que um colégio daqueles, com aquela tradição, nome, abria mão do passado, encerrava as atividades, desfazia-se do prédio e uma parte das religiosas partia para trabalhar na periferia. Por outro lado, a Universidade de São Paulo, criada em 1934, contrata professores na Europa. Além da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, reunia a Faculdade de Direito, que começara nas dependências do convento dos Franciscanos e a Faculdade de Medicina, na atual avenida Doutor Arnaldo. Mais tarde a elas iriam juntar-se a Escola Politécnica de 1894 e a Escola de Farmácia e Odontologia (1899), ambas funcionando em suas origens no bairro do Bom Retiro, vizinho ao Convento da Luz. Assim também se compreende o sonho da Universidade Católica do cardeal Motta.

O cardeal criou uma comissão para essa finalidade. Faziam parte dela os dirigentes da Liga dos Intelectuais Católicos, o frade dominicano Rosário Jofilly, Vicente Melilo, Amador Cintra do Prado, Hugo Ribeiro de Almeida e André Franco Montoro. Em setembro do mesmo ano, os monges beneditinos sob a direção do abade Paulo Pedrosa, o mesmo que antes de ingressar no mosteiro fora pároco e construíra a igreja de Santa Cecília, decidem incorporar sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento a futura Universidade Católica.

As dificuldades no início da instalação da Universidade Católica foram muitas. Foi num prédio da avenida Higienópolis, cedido pela arquidiocese que começou a funcionar no dia 18 de março de 1946 a Faculdade paulista de Direito. A sessão de inauguração aconteceu no Palácio Pio XII no dia 13 de agosto de 1946. O decreto-lei número 9.632 do presidente Eurico Gaspar Dutra concedia as prerrogativas de universidade livre equiparada à Universidade Católica de São Paulo (22/08/1946). Era o dia da festa do Coração de Maria, a quem a Pontifícia Universidade Católica foi consagrada, juntamente com a sua capela, elevada a paróquia.

Para implementar este grandioso projeto da PUC era urgente gerar os espaços físicos da Universidade. O arcebispo verificou com as irmãs carmelitas a possibilidade de cederem o Mosteiro das Perdizes para este fim. As conversações tiveram êxito.

No dia 23 de dezembro de 1948, às vésperas do Natal, as Carmelitas entregavam o Convento das Perdizes à Fundação São Paulo, para que nascesse com vigor a Pontifícia Universidade Católica e se transferiram para o Mosteiro na Avenida Jabaquara, onde estão até hoje. O antigo Recolhimento de Santa Teresa se transformava na Universidade Católica.

A doação compreendia o terreno e o prédio, inclusive a casa do capelão. O terreno doado media 18.037,50 metros quadrados e tinha os seguintes limites: Rua Monte Alegre: fundos, Rua Ministro de Godoy; de um lado Rua Bartira; e de outro, Rua João Ramalho. Alguns anos depois, a Venerável Irmandade de São Pedro dos Clérigos comprou este imóvel da Rua Bartira, anexando-o à casa destinado aos padres da Irmandade.

Eram necessários outros recursos financeiros para esse projeto da PUC. Os recursos chegavam de doações de empresários. O conde Francisco Matarazzo foi o maior doador, 500 contos, quantia igual à que destinara para a construção da Catedral. O arcebispo imaginava criar uma Universidade Católica com caráter interamericano. Não alcançou este objetivo, mas conseguiu organizá-la dentro do pluralismo administrativo sem predomínio desta ou daquela congregação religiosa.

Obras da Catedral

O arcebispo decidia que estava mais do que na hora de terminar as obras da catedral de São Paulo. Pior do que a demora eram as críticas, poderia se estar cometendo um pecado ao misturar estilos gótico, bizantino e romano. A catedral não é uma obra de arquitetura perfeita. De qualquer modo dom Carlos obtém recursos e agiliza a construção e, mesmo sem as torres, que depois seriam erguidas, inaugura a cátedra e a entrega à população no dia 25 de janeiro de 1954, como parte das comemorações do Quarto Centenário da Fundação de São Paulo. D. Carlos não mediu esforços para que esta obra estivesse pronta.

Nesta solene festa de inauguração da catedral estavam presentes, além de diversos bispos, monsenhores, cônegos e a população de fiéis, o novamente presidente da República Getúlio Vargas. O governador do Estado Lucas Nogueira Garcez e outras autoridades também estavam presentes ao evento. O livro do tombo da Sé registrava: A catedral é a Casa de Deus. Ela sabe que é necessário dar as massas a cristologia do céu. Ela é o templo e o templo é a alma de um povo, lugar do seu culto, foco da vida religiosa e moral. O templo é a casa entre a terra e o céu, a casa para os corpos e para os sentimentos, para a vida de todos os dias e para as grandes aspirações fora do templo.

Cartas Pastorais e Circulares do cardeal Motta

Pastoral de saudação (1944)

O Cardeal Mota inicia a sua Carta Pastoral a todos aqueles que fazem parte da Arquidiocese de São Paulo, desejando ser pastor. Mestre e guia espiritual. Dirige essa Carta ao apostolado sacerdotal (padres, religiosos) e ao apostolado leigo (Ação católica).

No início da Carta se coloca a sua disposição de servir com humildade e caridade, querendo ser um sinal de Deus no meio do Povo servindo aos humildes e pobres. Afirma que a sua missão é reger a Igreja de Deus e zelar pela vida de todos. E neste zelo, assinala que todos, hierarquia e laicato têm o dever de estabelecer, manter, defender, propagar e realizar plenamente o Reino de Deus. O bem público depende da vigência do decálogo.

Estabelecer o Reino de Deus no mundo é objetivo necessário não só através da oração, mas da ação dos fiéis. Por isso, a missão de cada bispo em sua diocese, é fazer o Reino de Deus acontecer.

Dirigindo-se aos pais afirma que é função deles transmitir a vida de graça aos filhos. É o lar cristão a primeira escola e o primeiro santuário do homem, escola e santuário que serão ampliados, mas nunca substituídos pela escola pública e pela igreja da paróquia.

A primeira constatação do início desta Carta é que a sociedade e a Igreja estão passando por crises: religiosa, financeira, moral. O cardeal ainda

pede que se combata o ateísmo, toda a imoralidade e toda manifestação de novas instituições religiosas. É importante notar que o Concílio Vaticano II não havia acontecido e, que durante as suas discussões um dos grandes temas seria justamente a liberdade religiosa. O cardeal Motta incentivava os fiéis a terem uma postura de caridade e sempre buscar somente uma verdade, um só Senhor e uma só doutrina.

Sobre a Ação Católica o cardeal pedia que esta instituição agirá com prudência, limitando, voluntariamente, o seu campo de atividade, a fim de evitar colisões. De ver trabalhar para o reinado social de Cristo Rei.

A função catequética da Ação Católica é fazer do homem um bom cristão, que pratica alegre e integralmente a sua religião. E nisto pede também um catecismo popular, além daqueles técnicos e científicos que devem ficar com os teólogos. Seu fim principal não é fazer do homem um filósofo cristão, mas sim um bom cristão. Os termos técnicos convêm às aulas de teologia ou aos teólogos de profissão, mas não têm eficiência no ensino ministrado ao povo.

Essa realidade levantada pelo arcebispo continua sendo descrita: duas coisas me parecem incontestáveis na hora presente: a necessidade da intervenção dos simples fiéis na obra do apostolado leigo, e o perigo dessa intervenção desde que muito exclusiva e mal regulada. O que distingue a Igreja Católica de todas as seitas cristãs, é antes de tudo, a sua unidade. É essa unidade faz-se visível, sobretudo pela hierarquia, isto é, pela subordinação dos inferiores aos superiores, dos fiéis aos pastores, dos pastores de segunda ordem aos de primeira, que estão, estes mesmos, subordinados ao primeiro Pastor, ao soberano Pontífice. É preciso que o católico saiba responder qual é a sua situação na sociedade religiosa de que faz parte. É preciso que ele diga sem hesitar, como dirá um soldado: a companhia, o batalhão, o regimento, o corpo de exército a que pertence, colocando-se assim, em poucas palavras, no seu posto de combate. Obedecer a seu Vigário, a seu Bispo e finalmente ao Papa – é a essência do católico.

Querer agir por si, arrogar-se o direito de criar, de organizar, de dirigir obras da essência religiosa, não compete aos leigos, como não compete aos simples soldados dar batalha sem ordem do chefe.

A Santa Igreja, de que sois filhos e nós, Pastores e bispos, têm aqui neste mundo um nome de combate – ela é militante. E, em nossos dias, a luta vai acesa por toda a parte contra a Espada de Cristo. Soldados de

Cristo devem cerrar fileiras em torno de vossos chefes, escutar atentos a sua voz, obedecer-lhes como um soldado obedece ao som do clarim. Se a força de astúcia ou de violência, quiserem arrancar-vos o direito de ensinar a infância, de dirigir as almas, de guiar as consciências; se, a pretexto de uma falsa liberdade, quiserem impor o divórcio que desorganiza as famílias; se, a golpes de justiça, quiserem nos espoliar de nossas propriedade e nos colocar fora da lei, e nos tratar, no seio da pátria, como se fôramos párias, então Vós, nós bradaremos e será o clarim sem carga...

Soldados estarão em vossos postos valentes e intrépidos imitáveis vossos maiores que em Iitororó seguiram a Caxias, empunhando a bandeira auriverde, dizendo: o general que vos conduz nunca foi vencido. Quem for brasileiro me siga! Com maior verdade, pode um Bispo dizer: na batalha, vinte vezes circular, não fui vencido. E, empunhando a bandeira da Cruz, dirá: Quem for católico me siga!

O cardeal Motta encerra sua Carta Pastoral saudando a todos os poderes constituídos tanto na área religiosa como na área civil. É evidente que antes da criação da CNBB (1952), do Concílio Vaticano II (1962-1965) e do golpe militar (1964), era essa a visão do episcopado brasileiro, não só do Cardeal Motta. Evidente também, que essa realidade exigira destes bispos novas posições diante da Igreja e da sociedade a partir da década de 50 do século XX.

Pro-Universidade Católica (1946)

Esta carta traz um agradecimento pelo seu cardinalato recebido no Natal, que sua Santidade havia concedido ao arcebispado de São Paulo.

O cardeal também relata com alegria o primeiro núcleo e símbolo da futura Universidade Católica de São Paulo, ou seja, a Faculdade Paulista de Direito.

O pedido oficial dessa autorização pontifícia foi feito na reunião dos bispos da Província Eclesiástica de São Paulo, presidida ainda no tempo de dom José Gaspar da Fonseca e Silva.

Em 22 de abril de 1945, na primeira reunião Episcopal da Província Eclesiástica de São Paulo, foi deliberado unanimemente que uma das comemorações do bicentenário do bispado de São Paulo, seria de fato o lançamento básico da fundação universitária. No dia 10 de outubro de 1945 no Tabelionato Veiga, desta Capital, lavrou-se a escritura publicando a 'Fundação São Paulo'.

No artigo segundo dos respectivos estatutos se lê: a finalidade é instituir, manter e dirigir as faculdades e demais institutos que se integrassem à futura Universidade Católica de São Paulo, bem como outras organizações de caráter cultural e social.

No dia 10 de maio de 1945 foi nomeado o primeiro Reitor da futura Universidade: D. Gastão Liberal Pinto, sendo que este falecera inesperadamente aos 24 de maio de 1945 e foi designado para o seu lugar, dom Paulo de Tarso Campos, bispo diocesano de Campinas. Foi nomeado o corpo docente da Faculdade Paulista de Direito com o seu primeiro diretor, o Dr. Alexandre Correia.

O presidente da República pelo decreto número 20.335, usando da atribuição, conferiu o artigo 74, letra A, da Constituição e nos termos do artigo 23 do decreto lei número 421, de 11 de maio de 1938, sancionou o seguinte: artigo único: é concedida autorização para funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade Paulista de Direito, com sede em São Paulo, capital do Estado de São Paulo.

O acontecimento foi comemorado em sessão solene no salão do ginásio de São Bento. Na ocasião se deu a posse do corpo docente da Faculdade, tendo também realizados os discursos inaugurais do Diretor e do Presidente da Fundação e a Conferência do Embaixador Hildebrando Accioly, catedrático em Direito Internacional.

No final desta Carta Pastoral, o arcebispo metropolitano, faz o seu pronunciamento pedindo as bênçãos de Deus para a Universidade e todo o povo paulistano e para que a mesma seja uma Universidade Católica que trabalhara pelo Reino Social de Cristo. Ele ainda lembra que a Universidade Católica não é só da Capital, mas de todo o Estado, cabendo a responsabilidade, direção e manutenção a todo o Episcopado Paulista, e também confia a Deus ao querido povo paulista, a futura Universidade Católica de São Paulo.

Rádio 9 de julho

Na história da arquidiocese de São Paulo não se pode esquecer do cardeal Motta e quando se fala deste arcebispo, também não se pode esquecer a rádio 9 de julho. A rádio foi criada durante o seu bispado e cassada em 1973 durante o bispado de D. Paulo Evaristo Arns.

A rádio 9 de julho nasceu em 1953 com autorização temporária para preparar as comemorações do aniversário da cidade de São Paulo. Tinha frequência de 540 kHz para ondas médias e 49 metros para ondas curtas, cobria todo o Estado de São Paulo, a maioria dos Estados do Brasil e muitos países da América Latina. Seu primeiro Diretor foi D. Antonio Ferreira de Macedo, bispo auxiliar que foi ajudado pelo padre Laurindo Rauber, redentorista, este possuía grande experiência em comunicações devido ao seu trabalho na Rádio Aparecida.

Quando terminaram os festejos do quarto centenário de São Paulo, o presidente da República em exercício, Café Filho, ofereceu as duas emissoras em OM e OC para a arquidiocese, o cardeal Motta aceitou. Para receber a concessão, fundou a Sociedade Comercial Rádio 9 de Julho Ltda. Composta pelo arcebispo, quatro bispos auxiliares e dois padres. Registrada na Junta Comercial com o número 182.627, em julho de 1955.

A concessão da Rádio 9 de julho à arquidiocese foi feita pelo presidente Juscelino Kubitschek, através do decreto número 37.774 de 12 de agosto de 1956.

No dia 23 de maio de 1962 a sociedade comercial se transformou na Fundação Metropolitana Paulista mantenedora da rádio e do jornal O São Paulo, que nasceu a 25 de janeiro de 1956, como transformação do Legionário de 1929, que substituiu A Gazeta do Povo de 1905, primeiro jornal da arquidiocese de São Paulo.

Para se tornar entidade de utilidade pública municipal, estadual e federal, em 1968, a Fundação definiu na sua reunião de 8 de fevereiro que sua finalidade, além de promover a formação da população pelos meios de comunicação, era também, manter serviços de assistência social para a população em geral. Essa fundação existe há 37 anos. Sua diretoria continuou fazendo reunião trimestral e prestando conta anual ao Ministério da Justiça (DF), Secretaria da Justiça (SP) e Curador de Fundações (SP).

4. AS ATIVIDADES DE D. AGNELO ROSSI, SEGUNDO CARDEAL (1964-1970)

Dom Agnelo Rossi, quarto arcebispo e segundo cardeal de São Paulo, assumiu a Arquidiocese no dia 01 de novembro de 1964. O Brasil passava a viver num clima de agitação política e social, que contrastava com o

temperamento tranqüilo e sereno que o sucessor do cardeal Motta desejava que marcasse seu ministério pastoral.

Seus pais, Vicente Rossi e Vitória Colombo, imigrantes italianos, haviam chegado ao Brasil em 1912, com um filho pequeno. Quando desembarcaram em Santos, Vitória estava grávida de Agnelo que nasceu no dia 4 de maio de 1913, na localidade paulista de Joaquim Egídio, região de Campinas. Nesse lugar, Vicente se estabeleceu como latoeiro. Agnelo foi batizado no Arraial de Sousas no dia 13 de agosto do mesmo ano. Aos 9 anos, em 1922, a família muda-se para a vila de Valinhos. Agnelo estuda e é admitido como coroinha na paróquia local de São Sebastião.

Seu ingresso no Seminário Diocesano Santa Maria em Campinas, seria no dia 26 de janeiro de 1926. No dia 7 de outubro de 1933, uma surpresa: o reitor do seminário Monsenhor Emilio Jose Salim, avisava ao seminarista Agnelo que fora escolhido para ser o representante de Campinas na fundação do Colégio Pio Brasileiro em Roma. Ao seminarista foram dados dez dias para pedir autorização aos pais para providenciar o passaporte, arrumar as malas e embarcar no navio Conte Grande.

Os estudos do futuro cardeal seriam concluídos na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Em Roma foi ordenado padre no dia 27 de março de 1937, na Basílica São João de Latrao pelo cardeal Luigi Traglia. Escolheu a cidade de Lagonegro, na montanhosa região da Basilicata, para celebrar a sua primeira missa. Na igreja da Santíssima Trindade, seus pais haviam sido batizados, feito a primeira comunhão, casado, e de lá partido para o Brasil.

A tese de doutoramento sobre o Protestantismo no Brasil foi interrompida quando se decidiu sua volta ao Brasil, à Campinas. A sua pesquisa seria útil mais tarde para a organização em São Paulo do Secretariado Nacional da Defesa da Fé. Ainda fez outras duas especializações: Ação Católica, em Rosário e Buenos Aires (Argentina), Catequese no Texas (Estados Unidos).

No Brasil, antes do episcopado ocupou vários cargos: secretário do bispo de Campinas D. Francisco de Campos. Foi Assistente da Ação Católica, professor no seminário Central, catedrático de Filosofia na Faculdade de Campinas. Aí desempenhou o cargo de Vice-Reitor da Universidade Católica. Em 1947 já era cônego catedrático e em 1953 recebeu o título de Camareiro secreto do Papa Pio XII.

Arcebispo de São Paulo

A escolha de seu nome por Paulo VI significava entregar-lhe o governo de uma das maiores dioceses do mundo. A população era de 8 milhões de habitantes e crescia por volta de 400 mil pessoas por ano.

Cada paróquia abrangia, estatisticamente 30 mil pessoas. Dom Agnelo criou cerca de 52 novas paróquias. Celebrou a missa na solenidade de inauguração da nova sede do Governo do Estado, o Palácio dos Bandeirantes, no Morumbi no dia 25 de janeiro de 1965. Neste momento a notícia de sua elevação ao cardinalato foi anunciada, recebendo em fevereiro o título do papa Paulo VI. Durante os seis anos de seu episcopado em São Paulo enfrentou os problemas decorrentes da explosão populacional, da migração, podendo-se dizer que criou muitas das condições que permitiriam o posterior surgimento das comunidades eclesiais de base.

O cardinalato de D. Agnelo

Segundo suas palavras, recebeu a comunicação de Monsenhor Sergio Sebastiani, secretário da Nunciatura Apostólica, no dia 15 de janeiro de 1965, pouco depois de sua nomeação para São Paulo.

No dia 25 de janeiro de 1965 ao terminar a missa no novo Palácio do governo, presidida por D. Agnelo, o governador do Estado Ademar Pereira de Barros, divulgou a notícia pela rádio e televisão para todo o Brasil.

As primeiras mudanças depois do Vaticano II

A participação no Concílio Vaticano II contribuiu para uma renovação da vida eclesial em São Paulo. O Vaticano II possibilitou um espaço dos católicos na participação da Igreja paulistana. A maior mudança foi a compreensão do sentido de Igreja, Igreja Povo de Deus. Os leigos começaram a assumir diversas atividades, inclusive dirigindo celebrações da Palavra. Apesar do conservadorismo do cardeal Rossi, foi possível implantar muitas das reformas do Concílio. O aumento da repressão por parte da ditadura militar em 1968 reduziria o apoio da Igreja ao governo. O arcebispo mantinha uma postura conciliatória, mas divergências internas, inclusive na CNBB, levaram

à substituição na arquidiocese. Neste ano, segundo o anuário diocesano, havia 329 padres seculares em São Paulo.

O cardeal Rossi criou o Instituto Paulo VI, que passou a funcionar como centro bíblico litúrgico e de espiritualidade. Estendeu a celebração da eucaristia há mais de trinta grupos de imigrantes em sua própria língua e dividiu a arquidiocese em sete regiões episcopais: Centro, Norte, Sul, Leste, Oeste (esta subdividida em Lapa e Osasco) e Rural. Cada uma das regiões era dirigida por um vigário episcopal. Entre eles estavam dois futuros cardeais: D. Lucas Moreira Neves, que se distinguiria na Pastoral Universitária, depois presidente da CNBB, arcebispo primaz em Salvador, na Bahia e por último, Prefeito da Congregação dos Bispos; D. Paulo Evaristo Arns, que sucedeu a D. Agnelo quando este foi convocado e assumiu, no Vaticano, a Congregação para a Propagação da Fé / Evangelização dos Povos. D. Paulo Evaristo estava proposto para Secretário Geral da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) e trabalhava na Editora Vozes. O arcebispo teve outros bispos auxiliares: Dom Jose Lafayette Ferreira Álvares, Dom Bruno Maldaner, Dom Jose Thurler e Dom Ernesto de Paula.

O arcebispo se reunia com os bispos auxiliares semanalmente, às quartas-feiras. Debatiam problemas da arquidiocese e normas comuns da ação pastoral. O cardeal visitava sem avisar, as obras e paróquias em toda a arquidiocese e pensava no plano das visitas pastorais, escolher por sorteio, igual número de paróquias nas várias regiões episcopais. D. Agnelo escrevia que sem pestanejar afirmo: a maior graça para a Arquidiocese de São Paulo em 1966 e foi à descentralização do governo arquidiocesano em regiões episcopais, que repercutiu favoravelmente em todas as atividades pastorais.

D. Agnelo afirmava que seu intuito era atualizar a arquidiocese de São Paulo à luz do Concílio Vaticano II, mas este recurso direto às fontes conciliares não agradou a alguns colaboradores mais ligados ao Regional da CNBB, como se fosse pouco caso ou negação do Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB, elaborado aliás antes mesmo da conclusão do Concílio e que, naturalmente, só conserva valor naquilo que concorda com o Concílio. Não percamos mais tempo com esses que desejam impor sua linha para a hierarquia e digamos como se processou o estudo dos documentos conciliares para sua aplicação na Arquidiocese.

No dia 22 de outubro de 1970, dom Agnelo Rossi se afasta da Arquidiocese de São Paulo para exercer suas novas funções na Cúria Romana, permanecendo ali durante 23 anos. Voltou para o Brasil com sua saúde

comprometida. Faleceu no dia 21 de maio de 1995 em Campinas, onde pediu para ser sepultado no santuário de Nossa Senhora de Guadalupe, cuja construção foi sua última promessa.

Regiões Episcopais a partir de 1967

A Arquidiocese estava dividida em 6 regiões episcopais. A cidade de São Paulo foi dividida em 5 zonas: Centro (Sé), Norte, Sul, Leste e Oeste. Esta última compreendia também Osasco, Carapicuíba e o Sul também Taboão da Serra.

As Regiões Episcopais eram uma experiência pioneira não só em São Paulo, mas em todo o Brasil, sem deixar de reconhecer os benefícios da descentralização dos poderes e das atividades, todos estavam atentos para que tal experiência não viesse ferir a unidade orgânica da Arquidiocese.

No dia 29 de junho de 1967 foi estabelecida uma nova Região Episcopal para a Região Rural com sede em São Roque e o seu Vigário Episcopal era Monsenhor Victor Ribeiro Nickelsburg. Esse Vicariato deveria se preocupar com a promoção humana e social da zona rural, prossequindo a Operação Ibiúna.

Os vicariatos assim ficaram distribuídos: Centro, padre José Mattos, com sede na Matriz do Imaculado Coração de Maria (provisória), Norte, D. Paulo Evaristo Arns, com Matriz Episcopal em Santana e residência junto à Igreja de Santa Cruz em edifício de apartamentos das Irmãs de São José, Sul, padre Ângelo Gianola (PIME) e Matriz Episcopal provisória em Sagrado Coração de Jesus no Brooklyn Paulista, Leste, D. Bruno Maldaner, com Matriz Episcopal em São José do Belém e residência construída em frente à Matriz Episcopal, Oeste, D. Jose Thurler, com Matriz Episcopal na Lapa e residência na mesma paróquia.

Cada bispo ou vigário episcopal era Vigário Geral na sua Região. O Vigário Geral para toda a Arquidiocese era apenas D. Jose Lafayette Ferreira Álvares que dirigia a Cúria Metropolitana e toda a Pastoral.

Em 1967, o cardeal começou suas visitas pastorais por Ibiúna de 18 a 20 de agosto. Devido ao Sínodo Episcopal não foi possível realizar outras visitas neste ano.

A 6 de janeiro de 1968 foi instalada a Região Episcopal Oeste 2, com sede em Osasco. Abrangia além do município de Osasco, os de Carapicuíba, Barueri, Jandira e Itapevi. O vigário episcopal era Monsenhor Camilo Ferrarini, residia com os padres passionistas e era o pároco de Santo Antonio em Osasco.

5. D. PAULO EVARISTO ARNS: DE ESPERANÇA EM ESPERANÇA (1970-1998)

D. Paulo Evaristo, o cardeal Arns, foi o quinto arcebispo e terceiro cardeal de São Paulo. Nasceu em Forquilha no dia 14 de setembro de 1921. Foi batizado três dias depois pelo padre Giacomo Giacca na capela do Sagrado Coração de Jesus. Os padrinhos foram Rodolpho Michels e Verônica Arns Michels. Na mesma Forquilha Paulo Evaristo foi crismado. Pertencia a uma família numerosa, eram treze filhos. Seu pai Gabriel Arns, descendente de imigrantes alemães, casado com Helena Steiner Arns.

O futuro cardeal dos empobrecidos foi acostumado a pular da cama antes de o dia clarear. Estudava pela manhã e à tarde trabalhava na roça ou ajudava seu tio que ficava no balcão da venda que possuía.

No lugar em que morava o padre, só aparecia no máximo uma vez por mês e acontecia quase sempre de a visita ser em dia útil. Até os dez anos de idade, Paulo nem tinha o hábito de freqüentar a missa aos domingos. A família era religiosa, rezava todos os dias. Depois de concluir os seis anos do curso primário no seu povoado com dois professores formados em Blumenau, um deles era o seu tio Jacó e o outro era Adolfo Back, partiu para estudar com os frades franciscanos no Seminário Seráfico de São Luis de Tolosa, na cidade de Rio Negro, no Paraná.

Em 1939, decidiu-se pela vida religiosa. No ano seguinte fez o noviciado em Rodeio, Santa Catarina. Completou os cursos de Filosofia em Curitiba, no Paraná. O curso de Teologia realizou em Petrópolis, interior do Rio de Janeiro. Na mesma cidade foi ordenado padre pelo arcebispo de Niterói, D. José Pereira Alves, no dia 30 de novembro de 1945. Durante mais de dez anos trabalhou junto à população dos morros, favelas, vielas e barracos de Petrópolis, além de lecionar Teologia no Instituto Franciscano.

O frade franciscano teria uma outra missão em sua vida. Era o momento de ver a miséria longe do Brasil. Em Paris, na Sorbonne, o franciscano foi

completar e aperfeiçoar seus estudos. A miséria do pós-guerra, os destroços que a violência deixara para trás, eram os sinais de morte encontrados na Europa. Paulo Evaristo iria estudar e conviver com pessoas que havia passado o sofrimento da guerra, do campo de concentração de Dachau. Tudo ajudaria na continuidade da formação das opções e do caráter do futuro cardeal: seu estudo acadêmico e o contato com esta realidade de dor.

De volta ao Brasil, foi lecionar em Agudos e Bauru, no interior de São Paulo. Quando retornou a Petrópolis e estava trabalhando com os favelados que cercavam o bairro Itamarati, distante cinco quilômetros do centro da cidade, o papa Paulo VI o indicava para bispo auxiliar de D. Agnelo Rossi, em São Paulo, no dia 2 de maio de 1966.

Na antiga capela do Sagrado Coração de Jesus, em Forquilha, já então paróquia, D. Agnelo conferia a sagração episcopal a dom Paulo Evaristo Arns. Era o dia 3 de julho de 1966. Em São Paulo, D. Paulo trabalhou na antiga Região Norte, hoje região Santana. Nesta região descobriu uma das suas maiores inspirações para todo o seu trabalho em defesa dos Direitos Humanos. Diversos trabalhos realizou na região Norte: os velinhos do Asilo D. Pedro II, da Santa Casa de Misericórdia, que passavam a ser a partir desta epifania de amor e solidariedade aos excluídos, a sua grande família com a qual o futuro cardeal dividiria por mais de trinta anos o seu Natal.

Nomeado arcebispo de São Paulo no dia 22 de outubro de 1970, D. Paulo assume a Arquidiocese no dia primeiro de novembro. Nesta celebração, além dos milhares de fiéis e de um corpo eclesial considerável (o Núncio, 28 bispos, o cardeal Rossi, o arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer), estava sua mãe e seus irmãos. Seu pai o acompanhava de longe, muito longe, porém muito perto do filho. Venho do meio do povo desta arquidiocese a que já pertencia do clero a quem amo e de quem sou irmão, dos religiosos que comigo se esforçam para serem sinal e esperança dos bens que estão para chegar, dos leigos que entendem o serviço aos irmãos como tarefa essencial de sua existência. Entre as autoridades civis e militares, estavam presentes o governador de São Paulo, Roberto de Abreu Sodré, e sua esposa, o prefeito da capital, Paulo Maluf, os comandantes da II Região Militar e do II Exército, os presidentes da Assembléia Legislativa e da Câmara Municipal e membros do poder judiciário. D. Paulo seria cardeal na cerimônia do dia 5 de março de 1973, na cidade de Roma, presidida pelo papa Paulo VI, com o título de Santo Antonio na Via Tuscolana. D.

Paulo foi membro da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos (1974-1988), junto ao Vaticano.

Uma das primeiras visitas que D. Paulo fez como representante do catolicismo em São Paulo, foi aos dominicanos presos. Logo depois do dia 22 quando soube oficialmente da nomeação, D. Paulo Evaristo foi ao Presídio Tiradentes para dizer àqueles que lá se encontravam que não iria abandoná-los. Visitas como essas significavam muito para os presos. Naqueles tempos de repressão era muito importante saber que tinha alguém do lado de fora solidário à situação que estavam passando dentro das prisões. As lembranças desse gesto do arcebispo ficaram gravadas na memória dos dominicanos. Anos mais tarde, um deles, Frei Betto, registrou em seu livro Batismo de sangue a importância da atitude de D. Paulo. Nomeado arcebispo desafiou a ordem e fez questão de estar conosco antes de tomar posse. Sua atividade à frente da Sé paulista nascia de um gesto concreto em defesa dos direitos humanos. Corajoso, lúcido, dotado de extrema sensibilidade para as questões sociais, D. Paulo não marcaria data nem hora para nos levar apoio nos momentos mais difíceis do cárcere.

Ainda como bispo auxiliar havia realizado diversas visitas aos presos. Consegui outras vezes ter acesso ao Presídio Tiradentes. Lá encontrei mais ou menos uma dúzia de religiosos, todos eles encarcerados sob o pretexto de subversão. Alguns eram meus conhecidos e todos se tornaram meus amigos a partir dessa hora e da consagração aos serviços da Igreja e da humanidade. Ouvi tantas coisas e reparei em tantos sofrimentos, que não tive mais dúvida de que a tortura se instalara como método de interrogatório para todos os presos políticos. Ainda no futuro ano de 1982, o cardeal sofreria mais uma perseguição. A 22 de agosto de 1982 circulou na cidade uma edição falsificada de o São Paulo trazendo na primeira página um grande retrato meu, com a manchete: 'Mea culpa'. Os responsáveis pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e eu particularmente, éramos vítimas de difamações. Algumas emissoras de rádio distorciam os fatos em seus programas diários para transmitir a idéia de que eu era defensor de criminosos.

Foi num clima de intensa repressão à participação democrática em partidos, sindicatos, na vida eclesial, na censura à imprensa que D. Paulo assumiu o cargo de arcebispo da maior arquidiocese católica do mundo. Seus anos seguintes seriam de um grande percurso entre visitas e apoio incondicional a presos políticos, torturados, famílias de desaparecidos,

menores abandonados e à definição da Igreja de São Paulo: Pastoral das Comunidades Eclesiais de Base, dos Direitos Humanos e Marginalizados, do Mundo do Trabalho e da Periferia e áreas carentes.

Assim que assumiu a arquidiocese incrementou a participação do laicato seguindo os passos do Concílio Vaticano II. Realizou a Operação Periferia, vendendo o Palácio Episcopal e assumindo destemida defesa dos direitos humanos constantemente violados pela ditadura militar. O cardeal se tornou a voz dos sem voz o verdadeiro arauto da justiça social no Brasil. É de sua responsabilidade a edição e relatório do Brasil nunca mais, marco da luta contra a tortura. As angústias e esperanças do Povo devem ser compartilhadas pela Igreja. Afinal, o próprio Cristo, que passou pela terra fazendo o bem, foi perseguido, torturado e morto. Legou-nos a missão de trabalhar pelo Reino de Deus, que consiste na justiça, verdade, liberdade e amor.

O futuro cardeal afirmava o que me impressionava em São Paulo era, sobretudo o contato pessoal com tanta gente treinada pela Ação Católica e pela atuação de meus predecessores. Mais ainda, com os grupos que traziam novas idéias para a juventude, para os casais e para os migrantes. Em toda parte havia fogo e esse fogo que Cristo trouxera à terra, de fato, estava queimando.

Regressando de uma visita ao papa Paulo VI, em abril de 1971, D. Paulo mencionou três restrições à situação brasileira: a legislação que precisava ser aprimorada na defesa dos direitos humanos, a neurose da segurança nacional e a violência contra a pessoa humana. E sob tal proposta o arcebispo se mantinha firme e decidido ao lado de seu rebanho: Se formos atentos à voz do povo, ouvindo os clamores, estaremos captando os sinais dos tempos e ouvindo a voz de Deus na história de hoje.

Em agosto de 1973, D. Paulo propôs ao papa a aplicação em São Paulo de uma experiência pioneira tentada em Paris: a criação de diocese interdependentes capazes de comportar outros bispos com áreas específicas de atuação. Era algo inédito em termos de Igreja. Objetivamente, a unidade da Igreja se dá pela evangelização, os sacramentos e a pastoral. Para assegurar, nesses três pontos fundamentais, a unidade, existem, em quase todas as Regiões, Escolas da Fé, coordenadores da Catequese e Grupos de Reflexão sobre a Palavra de Deus. A expressão mais forte talvez se encontre nas próprias Comunidades de Base.

No exercício de seu pastoreio, o arcebispo criou novas regiões episcopais, realizando um amplo plano de pastoral urbana e lançando as bases para a ação colegiada na grande metrópole de São Paulo. Criou as condições essenciais para a entre-ajuda do projeto Igrejas-irmãs. Erigiu 43 novas paróquias e incentivou um grande número de comunidades eclesiais de base nas periferias da megalópole paulistana, particularmente nas atuais dioceses criadas em 1989, São Miguel Paulista, Osasco, Campo Limpo e Santo Amaro, além das regiões Belém e Brasilândia. Esta era uma resposta eficaz e efetiva ao crescimento desordenado, à miséria, à migração constante e forçada para a capital de São Paulo.

Em 1975 seus bispos auxiliares eram: D. José Thurler, D. Benedito de Ulhoa Vieira (1971 a 1978, nomeado arcebispo de Uberaba), D. Francisco Manuel Vieira (1975 a 1989, nomeado bispo de Osasco), D. Mauro Morelli (1975 a 1981, nomeado bispo de Duque de Caxias-RJ), D. Joel Ivo Catapan (1974 a 1999 quando faleceu), D. Angélico Sândalo Bernardino (1975 a 2000, nomeado bispo de Blumenau-SC), cada um assumindo uma das seis regiões episcopais, divididas em setores de pastoral com autonomia e dinâmicas próprias. Ainda seriam escolhidos para auxiliar D. Paulo: D. Luciano Mendes de Almeida (1976 a 1988, nomeado arcebispo de Mariana-MG), D. Alfredo Ernesto Novak (1979 a 1989, nomeado bispo de Paranaguá-PR), D. Antonio Celso Queiroz (1975 a 2000, nomeado bispo de Catanduva-SP), D. Fernando Penteado (1979 a 2000, nomeado bispo de Jacarezinho-PR), D. Antonio Gaspar (1982 a 2001, nomeado bispo de Barretos-SP), D. Décio Pereira (1979 a 1997, nomeado bispo de Santo André, falecido em 2003). D. Décio foi sepultado na Catedral de Nossa Senhora do Carmo em Santo André.

Atividades do catolicismo em São Paulo (1970-2000)

As atividades do catolicismo na cidade de São Paulo entre os anos 70 e 2000 trará à luz algumas das principais realizações da Igreja católica nesta megalope nestes trinta anos. É evidente que o texto não pretende esgotar todas as atividades, mas relatar e analisar algumas das mais importantes no âmbito interno da Igreja e no que efetivamente contribuiu com sua presença na sociedade paulistana.

Um grande plano para São Paulo: novas dioceses

Logo que D. Paulo Evaristo tomou posse em São Paulo como arcebispo percebeu o que já havia vivenciado como bispo auxiliar: a cidade não poderia ser uma única Diocese. Isto, não só pela amplidão territorial, mas também pelo elevado número de habitantes, com tendência a crescer cada dia mais.

Numa tentativa de enfrentar esta realidade e superar as dificuldades do pastoreio, o arcebispo colocou à frente de cada Região Episcopal, Vigários Episcopais, a fim de melhor atender às necessidades da população desta megalópole.

Além disso, criou setores ou seja, grupos de paróquias, Capelas e Comunidades que tinham certa afinidade sócio-religiosa, ou pelo menos geográfica, para que a vida pastoral pudesse ali, ser estimulada e incrementada sob a liderança de um Coordenador escolhido entre os padres.

Os Vigários Episcopais eram simples sacerdotes, com poderes restritos e limitados, mas com a nomeação dos bispos auxiliares, estes foram se colocando à testa destas Regiões, com a nomeação de Vigários Gerais.

O arcebispo fez tudo para que se criassem as secretarias episcopais em cada Região onde o Bispo Auxiliar Regional pudesse despachar e atender o clero e os fiéis, verdadeiras Cúrias Regionais para facilitar o acesso a todos.

Animado pela palavra de Paulo VI, em audiência particular que disse que a solução pastoral para as grandes capitais deveria ser a criação de dioceses interdependentes, a exemplo de Paris, pôs-se D. Paulo em união com seus auxiliares a criar um espírito de Igreja Particular nas várias Regiões Episcopais, com o intuito de preparar a criação das novas dioceses.

Essa questão era uma preocupação no início do bispado de D. Paulo. A situação exigia uma adequada circunscrição de limites territoriais e uma razoável distribuição de clérigos e recursos. Entre os critérios apresentados pela Santa Sé, se faz necessários ressaltar alguns: 1) Unidade orgânica, 2) diversificação do povo, 3) características peculiares, psicológicas, econômicas, geográficas e históricas, 4) o número de habitantes e 5) que o bispo possa realizar visitas pastorais, exercer funções pontificais, conhecer o clero e suas atividades.

A Arquidiocese de São Paulo, em obediência aos documentos do Vaticano II e sentido a impossibilidade de um só bispo exercer seu trabalho pastoral, propôs como assunto urgente o plano de criação das novas dioceses que com a Arquidiocese constituem uma unidade pastoral, e os bispos com o arcebispo sejam com que um Colégio.

O que se pediu à Santa Sé é exatamente o que o papa Paulo VI sugeriu que se fizesse, na alocução de 24 de setembro de 1971. A proposta da arquidiocese era a seguinte: 1) que sejam mudados os limites da arquidiocese de São Paulo, delimitando-lhe o território que corresponde à Região Episcopal Sé, 2) que sejam criadas 8 novas dioceses, nas atuais Regiões Episcopais, fora a Sé, 3) que as novas dioceses tenham forte vínculo de interdependência de maneira estável, por normas emanadas da Santa Sé, para que se conserve a unidade pastoral e a ação episcopal seja verdadeiramente colegial.

Para isto outros três pontos deveriam ser firmados: 1) elementos comuns à arquidiocese e as dioceses interdependentes: a) as diretrizes gerais da Pastoral; b) as prioridades; c) as 6 linhas de pastoral; d) a formação do clero e sua manutenção; e) o seminário, faculdade, biblioteca, arquivo, museu seriam comuns; f) tomadas de posição em comum diante dos problemas políticos e sociais, diante das Ordens e Congregações Religiosas; g) Cabido Metropolitano; h) administração central dos bens imóveis. 2) Elementos próprios de cada uma das futuras dioceses: a) catedral, residência episcopal, cúria; b) clero e presbitério próprio; c) Conselho de presbíteros e consultores; d) Pastoral em nível diocesano; e) vida própria de uma Igreja Particular. 3) Os bens imóveis seriam comuns e administrados pelo Cabido Metropolitano e pelo Colégio Episcopal.

Deops, uma opinião sobre o cardeal Arns

O Cardeal Arns respondeu sempre que pôde a toda provocação do regime. Isto deixou alguns registros inflamados nos arquivos do DEOPS como o que se segue: (...) não será fácil, sem morrer muita gente. Mas no dia em que o Partido Comunista conseguir sair vitorioso no Brasil, o primeiro a merecer uma estátua em praça pública não será Carlos Prestes, mas o ilustre cardeal de S. Paulo. D. Evaristo Arns, que se especializou em provocar o regime e a apoiar tudo aquilo que sirva de instrumento contra ele. (...) faz muito tempo que sua atividade é política. A serviço das

esquerdas, que são o maior inimigo do regime brasileiro (...) as declarações de D. Evaristo são um primor de gaitice (...) o que um bispo deve fazer é comportar-se com dignidade, para evitar que um general o chame de subversivo (...) Se um bispo não pode dizer que um general é bom em cavalaria, do mesmo modo não pode se meter em política (...) Sob pena de comprometer sua verdadeira missão sacerdotal (...) o general Euclides Figueiredo falou com base, conhecedor do problema de agitação de sua área por parte de religiosos’.

Rumo ao 9 Plano de Pastoral

A Assembléia Arquidiocesana, reunida no mês de novembro de 2002, no Centro de Pastoral São José do Belém marcou o início da caminhada de preparação para o 9 Plano de Pastoral que não seria concretizado antes da Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil no primeiro semestre de 2003.

O encontro foi chamado de Assembléia formativa, porque ofereceu aos participantes uma reflexão sobre a missão e o serviço da Igreja a partir dos documentos *No Millennium Ineunte* e *Ecclesia in América*. O bispo da Região Lapa, D. Beni apresentou o fundamento da ação evangelizadora na carta apostólica e o arcebispo discorreu sobre a Igreja Missionária a partir dos ensinamentos na exortação *Ecclesia in América*.

Em seguida, cada uma das regiões episcopais expôs o que está realizando para divulgar os dados do Seminário da Caridade. Por fim, os participantes divididos em grupos apresentaram respostas para as duas questões: o que a Arquidiocese deveria assumir para ser uma Igreja mais missionária? O que deveria assumir para ser uma Igreja a serviço, sobretudo junto aos mais necessitados. As respostas serão levadas às regiões para novas discussões e propostas.

Comissão Justiça e Paz

A Comissão Justiça e Paz de São Paulo teve seu início em 1972, por iniciativa do arcebispo D. Paulo Evaristo. Sua história se confunde, de certa forma, com o próprio desenvolvimento ou subdesenvolvimento dos direitos humanos no Brasil, nas décadas de 60 e 70.

Pastoral Operária

A Pastoral Operária (PO) da arquidiocese de São Paulo, em 2004 completa 34 anos de atividades pastorais junto aos trabalhadores paulistanos. A Pastoral Operária surgiu da determinação de um grupo de trabalhadores, conscientes de sua missão pastoral e de seu papel histórico como agentes de transformações sociais. Para isso foi determinante o apoio de muitos sacerdotes e religiosos comprometidos com a causa do oprimido.

A história desses trabalhadores está vinculada aos trabalhos desenvolvidos pela Juventude Operária Católica (JOC) ao longo de dezenas de anos no Brasil. Uma vez na idade adulta, resolveram levar suas experiências para dentro das Comunidades de Base. Lá, inúmeros grupos de trabalhadores cristãos foram se formando, buscando ligar suas vidas de trabalho às exigências evangélicas. A preocupação com o desenvolvimento da solidariedade entre os trabalhadores gerou uma série de experiências no campo da conscientização e da organização operária a partir das fábricas ou do local de trabalho.

A Pastoral Operária se oficializava, em São Paulo, no ano de 1970 devido aos crescentes conflitos entre o capital e o trabalho, no qual centenas de trabalhadores cristãos, com profunda inspiração evangélica, tornavam-se protagonistas conscientes. Diante de tal quadro de enfrentamento, o então arcebispo de São Paulo, D. Agnelo Rossi, nomeou frei Luiz Maria Sartori para aglutinar os cristãos dos vários movimentos de trabalhadores e empresários existentes na Arquidiocese, buscando organizar uma única Pastoral do Trabalho. A celebração da primeira missa por salário justo se deu no dia 18 de outubro daquele ano. Muitas outras pastorais operárias diocesanas surgiram no Brasil coordenadas pela Comissão Pastoral Operária Nacional.

Centro Santo Dias de Direitos Humanos

O Centro Santo Dias foi fundado em 1980, integrando a ação evangelizadora da Igreja em São Paulo. O seu objetivo era assessorar os diversos Centros de defesa dos Direitos Humanos existentes nas Regiões episcopais e

motivar a criação de novos centros. Fundando no período da ditadura militar o Centro estimulava a prática dos Direitos Humanos. Era a grande bandeira de luta do catolicismo em São Paulo, por causa da opressão e desrespeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, sobretudo os empobrecidos e marginalizados. Além destas atividades atuava em duas áreas de direitos humanos: violência policial e moradia. Na fundação, o Centro tinha como coordenadores o jurista Hélio Bicudo, o Ver. Jaime Wright, Teresa Brandão, Fermino Fecchio e a Ir. Michael Mary Nolan. A sede do Centro era a própria Cúria Arquidiocesana. No primeiro ano foram atendidos 26 casos.

Centro Oscar Romero

O Centro Oscar Romero foi fundado na Região Episcopal Ipiranga, como resolução e gesto concreto da Campanha da Fraternidade de 1980, tendo como objetivo principal atuar como órgão em defesa dos Direitos Humanos. É fruto do trabalho, idéias e ideal de profissionais cristãos comprometidos com a necessidade que todo o ser humano conheça e defenda os seus direitos como cidadão, para que se reverta o processo de exclusão e marginalização da sociedade.

Nestes últimos vinte anos muitos trabalhos foram desenvolvidos: atendimento jurídico, organização dos plenários para a elaboração da Constituição Federal de 1988, organização do Conselho de Cidadania da Região Sudeste, Participação no Conselho Tutelar, elaboração das Cartilhas Conquistando a Cidadania e Criança Cidadã, palestras de cidadania em Escolas, Igrejas, Pastorais, assessoria a grupos que atendem crianças e adolescentes, campanha do desarmamento. O Centro Oscar Romero tem sua sede na rua Gravi, 62, na Praça da árvore.

Pastoral da Moradia

A Pastoral da Moradia no dia 7 de abril de 1984 realizou sua assembléia arquidiocesana e definiu os 7 maiores problemas da cidade de São Paulo. Um destes problemas, apontado em todas as regiões, foi a falta de moradia em seus diversos desdobramentos como a falta de terra onde morar, favelas e cortiços que se multiplicavam, loteamentos clandestinos, falta de infraestrutura sanitária, invasões, aluguéis elevados e falta de planejamento urbano.

Pastoral da Criança

Em 1985, sob a orientação direta e pessoal da Dra. Zilda Arns Neumann foi implantada a Pastoral da Criança em todas as Regiões Episcopais da Arquidiocese de São Paulo. A equipe de coordenação eleita foi assim constituída: Alice Yano Kazuka, Ir. Judith Elisa Lupo, Ir. Pierrette Lahournère e Dra. Wanda Eugencia Neves.

Desde seu início a equipe de coordenação se empenhou em atingir as ações básicas propostas: apoio e atenção à gestante (aleitamento materno, vacinação, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, terapia e reidratação, alternativas alimentares de baixo custo e alto valor nutritivo).

Divisão da Arquidiocese de São Paulo (1989)

No dia 15 de março de 1989, tornou-se pública a decisão da Santa Sé de dividir o território de São Paulo, capital e municípios, em quatro dioceses confiando-as aos seguintes bispos: D. Francisco Manuel Vieira (antiga Região Osasco), D. Emílio Pignoli (antiga Região Campo Limpo), D. Fernando Legal (antiga Região São Miguel Paulista) e D. Fernando Figueiredo (antiga Região Santo Amaro). D. Alfredo Novak, depois de dez anos na Região Lapa, foi transferido para a Diocese de Paranaguá.

Os outros antigos bispos nestas Regiões Episcopais permaneceram na Arquidiocese com a seguinte situação: D. Angélico Sândalo Bernardino (Região Brasilândia), D. Fernando Penteado (Região Lapa) e D. Antonio Gaspar (Região Sé)

Os bispos nomeados para as novas dioceses não seguiam a linha de Dom Paulo Evaristo. Com exceção de D. Francisco Vieira, que já trabalhava em Osasco como auxiliar do cardeal. Os religiosos vinham de experiências religiosas diferentes. Estavam mais preocupados com um trabalho espiritualista, o que certamente influenciaria nas ações realizadas essencialmente no campo social, coordenadas pelos bispos que agora estavam sendo sucedidos.

A imprensa se manifestou unanimemente afirmando que o Vaticano havia diminuído o poder do cardeal Arns, que não poderia mais intervir nas novas dioceses. O intuito da Santa Sé afirmava em revistas e jornais, abalar a Igreja progressista de São Paulo. A divisão feita pelo Papa João Paulo II na Arquidiocese de São Paulo, pela qual diminui drasticamente o poder e a

influência do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, representa um golpe decisivo na ala progressista da Igreja e na sua expressão ideológica, a teologia da libertação. A atitude do Papa não é importante apenas porque atinge a maior diocese brasileira (além de ser a mais radical na sua atividade política) e uma das maiores do mundo, mas principalmente porque se insere num conjunto de medidas que o Vaticano vem adotando há alguns anos para disciplinar e enquadrar a Igreja progressista. Em outras palavras, ela faz parte de uma política que vem sendo aplicada com os necessários cuidados e cautelas, como é próprio da instituição, mas implacavelmente.

O Conselho de Presbíteros da Arquidiocese escreveu ao Papa João Paulo II para dizer que a surpresa de retalhar a Arquidiocese não havia agradado. Faltaríamos porém, com a sinceridade, se não expressássemos nossa imensa tristeza, pois que a criação das quatro dioceses autônomas e independentes que dividem de agora em diante a Cidade, encerra a nossa caminhada pastoral iniciada em 1971. Caminhada difícil, marcada por muitos momentos de tensão e sacrifícios, mas de muitos e bons resultados pastorais. Faltaram, a nosso ver, maior sensibilidade, diálogo franco e as devidas consultas por parte das Congregações Romanas, sobretudo da Congregação para os Bispos, que nem sequer acusou o recebimento de carta nossa enviada em nome de todos os presbíteros da arquidiocese, em dezembro de 1988.

A divisão foi um choque para os bispos, que consideravam que seria perdida a unidade da cidade. Souberam da decisão quando estavam reunidos em Itaiaci, numa Assembléia da CNBB. O decreto já estava pronto e foi entregue a Dom Paulo pelo Núncio, naquele encontro. O cardeal foi avisado ali que aqueles mais de dez anos de espera por uma resposta de Roma, tinham sido em vão. A Arquidiocese, através de seu cardeal, havia proposto à Santa Sé uma nova estrutura para a Igreja de São Paulo, mas não neste estilo que era comunicado pelo Núncio.

Os bispos das regiões que haviam se transformado em dioceses, souberam que deveriam deixar seu local de trabalho e sua casa quando os novos bispos já haviam sido nomeados. Souberam na véspera que não eram mais os bispos daquelas regiões e que as casas que moravam agora eram de outros.

No momento seguinte à divisão, D. Paulo conseguiu manter um bom andamento dos trabalhos na Arquidiocese, mas a divisão do território trouxe

tristeza e um certo desanimo para as equipes que trabalhavam nas periferias. Houve um impacto negativo no encaminhamento pastoral. Um exemplo da reação negativa à divisão foi a carta Rompendo o silêncio elaborado por moradores de São Miguel Paulista.

A divisão da Arquidiocese deixou a Igreja de São Paulo numa situação geograficamente difícil de entender. A região episcopal de Osasco por exemplo, quando ainda fazia parte da arquidiocese, tinha algumas paróquias que estavam no município de São Paulo. Não havia sentido ficarem em Campo Limpo, sendo que agora esta era uma nova diocese. Mas o pedido não foi aceito.

Nossa Senhora da Penha é a padroeira da cidade de São Paulo. Assim, foi solicitado que o santuário da Penha ficasse na arquidiocese. O pedido não foi aceito. O santuário ficou para a nova Diocese de São Miguel Paulista.

O Palácio do Governo de São Paulo ficou na Diocese de Campo Limpo, embora seja o arcebispo quem se relaciona com o governador do Estado. Campo Limpo, aliás, ficou com uma divisão díspar. Abrange os bairros do Morumbi onde mora um grande número de pessoas de alto poder aquisitivo, e do Jardim Ângela, um dos mais pobres e violentos da cidade.

Conselho Arquidiocesano de Leigos

A Arquidiocese de São Paulo, vê nos leigos, de maneira especial após o Concílio Vaticano II não apenas como a maioria da Igreja, mas como os responsáveis pela agilização das pastorais, dos organismos e dos movimentos do apostolado.

O 6º Plano de Pastoral da Arquidiocese, ao assumir a pastoral Urbana como instrumento de evangelização de São Paulo afirmava: portanto, a Pastoral Urbana significa a ação de uma Igreja que rompe os limites de uma ação exclusivamente paroquial para fazer-se presente na Cidade de maneira mais significativa, compreendendo amplamente a sua missão à luz da missão de Jesus, buscando atuar em conjunto com todas as forças da sociedade. O Plano reconheceu que esta Pastoral, como ação global da Igreja, será concretizada sobretudo com a atuação dos leigos, pois é função própria deles operar de maneira direta e definida na ordem temporal, guiadas pela luz do Evangelho e pela mente da Igreja.

Em 1991, era considerada indispensável, por todas as instâncias eclesiais, a criação do Conselho Arquidiocesano de Leigos, iniciando-se em maio de 1992 as reflexões e trabalhos visando a sua concretização. Um grupo provisório foi constituído na Assembléia de Leigos realizada em setembro de 1992. Este grupo trabalhou durante dois anos, elaborando a proposta de Estatuto, cujos artigos foram aprovados e depois discutidos e votados em 3 Assembléias (maio de 94, agosto de 94 e outubro de 94). Nesta última ficou constituído o CLASP (Conselho de Leigos da Arquidiocese de São Paulo e foi eleita a primeira Executiva, empossada por D. Paulo no dia 20 de outubro de 1994).

Na Assembléia realizada em novembro de 2002 na Paróquia Imaculada Conceição, Centro, o CLASP elegeu uma nova coordenação. Participaram representantes dos conselhos e grupos de articulação das regiões episcopais, Renovação Carismática, Renovação Cristã (antiga Ação Católica), Pastoral Operária, Focolares, Cursilho de Cristandade e Fraternidade Leiga de São Domingos. A assembléia se iniciou com a oração meditando as palavras de São Paulo nas cartas aos Romanos. A reflexão abordou as questões relacionadas à missão e evangelização da cidade. Os leigos possuem um campo vasto de atuação e é lá que os mesmos devem ser missionários e evangelizadores e dar testemunho da fé e anunciar o Reino de Deus.

Em seguida foi apresentado um relatório com todas as atividades dos dois últimos anos. Os leigos avaliaram positivamente as atividades, mas desejam que o CLASP tenha maior visibilidade na Igreja e na sociedade, que construa instrumentos de comunicação mais diretos e alternativos para atingir mais pessoas, que o processo de formação e informação seja constante e que o protagonismo dos leigos na Igreja de São Paulo seja eixo principal de todas as exigências evangelizadoras (testemunho comunitário, serviço, anúncio e diálogo).

Nesta Assembléia foi realizada a eleição e composta a nova coordenação do CLASP. Após a eleição foi apresentada a proposta de atividades do ano de 2003, uma série de eventos ligados à Pastoral Arquidiocesana.

6. AS ATIVIDADES DE D. CLÁUDIO HUMMES (1998-2006)

D. Cláudio Hummes é o sexto arcebispo de São Paulo e o quarto cardeal. Nascido em Montenegro/RS a 8 de agosto de 1934. Filho de Pedro

Adão Hummes e de Maria Frank Hummes. Ingressou no noviciado na Ordem dos Frades Menores (OFM), no convento São Boaventura, Daltro Filho, em Garibaldi/RS, em 1952.

De 1959 a 1963 estudou em Roma se doutorando em Filosofia com a tese *Renovação das provas tradicionais da existência de Deus* por Maurice Blondel em *L'Action* (1893), publicada em Braga em 1964.

Antes de sua nomeação episcopal, foi professor de Filosofia no Seminário franciscano de Garibaldi, onde colaborou na pastoral paroquial (1963-1968). Foi assessor para o Ecumenismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (1965-1968). Em 1968 retornou a Europa para se especializar em ecumenismo no Instituto Ecumênico de Bossey, em Genebra, na Suíça.

Na volta ao Brasil, em 1969 foi nomeado professor e reitor da Faculdade de Filosofia de Viamão/RS (1969-1972) e ao mesmo tempo professor de Filosofia na Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre/RS e formador dos estudantes franciscanos de filosofia. De 1972 a 1975 foi Superior Provincial dos Franciscanos do Rio Grande do Sul.

No dia 22 de março de 1975 foi nomeado bispo titular de Carcabia e coadjutor de Santo André/SP, com direito a sucessão. Em maio de 1975, foi ordenado bispo na catedral de Porto Alegre. O bispo ordenante era seu amigo e professor: D. Aloísio Lorscheider, atualmente cardeal arcebispo de Aparecida/SP. Os consagrantes eram D. Urbano José Allgayer, naquele momento bispo auxiliar de Porto Alegre/RS e D. Mauro Morelli, bispo auxiliar de São Paulo.

D. Cláudio tomou posse em Santo André, como coadjutor em 29 de junho de 1975 e cinco meses depois, em dezembro, se torna bispo diocesano da mesma diocese. Permaneceu no ABC paulista durante 21 anos, até o dia 29 de maio de 1996, quando foi transferido como arcebispo de Fortaleza, no Ceará. Em Fortaleza ficou menos de dois anos, quando foi transferido como arcebispo de São Paulo/SP, no dia 15 de abril de 1998.

Nos seus vinte e cinco anos de episcopado foi membro da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB: para o ecumenismo, os leigos e a pastoral operária de 1979 a 1983 e para a família e a cultura de 1995 a 1998. Foi também assessor nacional da pastoral operária de 1979 a 1990.

Nos 21 anos em Santo André defendeu os operários, sustentou os sindicatos e participou das greves como bispo responsável da Pastoral Operária em todo o Brasil. Nos quase dois anos em Fortaleza, foi responsável pela família e a cultura junto a CNBB, sendo um dos organizadores do Segundo Encontro Mundial das Famílias com o Papa no Rio de Janeiro em 1997.

Antes de tomar posse em São Paulo, D. Cláudio concedeu uma entrevista ao jornal O São Paulo, na edição de 23 de abril de 1998. Na entrevista apresenta suas expectativas e planos para seu ministério pastoral em São Paulo. Acentuava que a Igreja precisa combater o individualismo, o egoísmo, a ganância e não só trazer soluções técnicas para a pobreza, mas conscientizar a sociedade que deve dar exemplo de solidariedade aos pobres. Na longa entrevista ainda afirma que o diálogo é de vital importância. Para se dialogar se deve ter convicções pessoais. Dialogar é ouvir e propor, principalmente dentro de uma sociedade pluralista como esta pós-moderna. Seu projeto é que à frente de cada região episcopal deva ter um bispo. Sobre os movimentos, sua posição era que estes e as pastorais, todos os agrupamentos que foram nascendo na história da Igreja são sinais de uma rica diversidade e, afirmava que não pertence ao movimento da Renovação Carismática e que todos devem ser acolhidos.

No dia 23 de maio de 1998, o novo arcebispo tomava posse. A missa, que durou 3 horas, reuniu 5 cardeais (D. Paulo Evaristo, D. Eugenio Sales, do Rio de Janeiro; D. Lucas Moreira Neves, de Salvador; D. Jose Freire Falcão, Brasília; D. Aloísio Lorscheider, Aparecida), 47 bispos, o Cabido metropolitano, cerca de 300 padres, autoridades civis e militares, além dos familiares de D. Cláudio que vieram do Rio Grande do Sul e delegações das duas cidades em que foi bispo Santo André/SP e Fortaleza/CE. Cerca de 5 mil fiéis acompanharam a missa. Das Igrejas de rito oriental estavam presentes D. Vartan Waldir Boghossian (armênio), D. Pierre Mouallen e D. Spiridon Mattar (grego-melquita)

Seminário da Caridade

A Arquidiocese de São Paulo e as dioceses de São Miguel Paulista, Santo Amaro e Campo Limpo, no início do terceiro milênio, promovem um

grande evento pastoral na cidade de São Paulo. Trata-se do Seminário da Caridade. O Seminário já passou por diversas etapas.

Centro Arquidiocesano do Trabalhador (Ceat)

No mês de abril de 2002, o cardeal arcebispo de São Paulo, D. Cláudio Hummes, entregou ao então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, num encontro em Brasília, um projeto para o atendimento dos trabalhadores desempregados da capital. Segundo o próprio cardeal, a receptividade do presidente foi muito positiva. O que o fez acreditar que em breve a Arquidiocese receberia uma resposta afirmativa sobre a parceria. Posso dizer isso por causa da atitude de acolhida imediata da parte do senhor presidente e por tudo que pude conversar com o senhor ministro do Trabalho, Paulo Jobim, logo após a audiência.

A parceria prevê a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para a criação de centros de atendimento aos desempregados. Os trabalhadores sem emprego serão cadastrados em um grande banco de dados informatizado, que atenderá às empresas que necessitam fazer novas contratações. Nestes centros, que estarão sob a responsabilidade da Caritas Arquidiocesana e os desempregados poderão participar de cursos de treinamento e capacitação e oficinas de reciclagem para conseguirem uma reinserção no mercado de trabalho.

Portal da Arquidiocese

A Arquidiocese de São Paulo, que já possuía uma página na internet, a partir de 15 de agosto de 2003 lançou um Portal. Nada melhor do que a própria página inicial deste Portal para apresentar qual é a sua finalidade.

Obediente à exortação do papa João Paulo II que convida a Igreja a fazer da internet um novo Fórum da Evangelização, a Arquidiocese de São Paulo presente na internet há seis anos, dá um passo avante com a criação de seu portal. Através dele, mostrando toda a riqueza de uma igreja viva e atuante, ela quer gritar ao mundo que vale a pena fazer a experiência de Jesus Cristo e quer acolher a todos aqueles que dela se aproximarem famintos

e sedentos de Deus e de sua justiça, para dizer-lhes que Jesus Cristo é o Caminho, a Verdade e a Vida, convidando-os: Venham e Vejam!

No ano de 2007 tomou posse o novo arcebispo, D. Odilo Pedro Scherer. Também neste ano o papa Bento XVI veio ao Brasil para presidir a quinta Conferência do Episcopado latino-americano. Nesta oportunidade realizou uma visita a São Paulo. Na missa celebrada no campo de Marte, foi realizada a canonização de frei Galvão. Estes e outros eventos serão tratados em texto mais detalhado e publicado em 2008.

CONCLUSÃO

Os diversos aspectos do catolicismo tratados aqui, revelam uma forte influência religiosa na cidade de São Paulo. Ao mesmo tempo sugerem, instalados no presente, refletir sobre este passado dos últimos cem anos de evangelização nesta megalópole.

O catolicismo em São Paulo continua defendendo o direito de todos, em especial dos que sofrem discriminações, exclusão e perseguição. A Igreja católica é um dos canais para aqueles que continuam sem voz, vez e oportunidade de fazer seus direitos valer.

BIBLIOGRAFIA

- MARTINA G., Storia della Chiesa – Da Lutero ai nostri giorni – L'Età del liberalismo, III, Brescia 1998.
- CASALECCHI J.E., A proclamação da república, São Paulo 1989.
- PORTO W.C., ed., As Constituições no Brasil, Rio de Janeiro 1990.
- AUBERT R., Histoire de l'Église depuis les origines jusqu'à nos jours – Le pontificat de Pie IX (1846-1878), Paris 1952.
- LUSTOSA O. de Figueiredo, A Igreja Católica no Brasil República, São Paulo 1991.
- CERIS, Anuário Católico do Brasil 1993, Rio de Janeiro 1993.
- SOUZA, Ney. Catolicismo em São Paulo (1554-2004). 450 anos de presença da Igreja católica em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 2004.

SILVA D.L. e, O Clero e a Independência, São Paulo 1972.

TAUNAY A. E., Os Quatro Séculos Paulistano, São Paulo 1954.

POLYANTHEA, Comemoração do Cinquentenário de Fundação do Seminário Episcopal de São Paulo – 9 de novembro de 1856 a 9 de novembro de 1906, São Paulo 1906.

Prof. Dr. Pe. Ney de Souza

Professor da Pontifícia Faculdade de Teologia N. Sra. da Assunção.